



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FAJS – FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E DE CIÊNCIAS
SOCIAIS

Gizele Alves de Carvalho

IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA:
A construção do Estado-Nação para as classes trabalhadoras da
Comunidade Candanga

Brasília – DF,
2005

Gizele Alves de Carvalho

IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA:

**A construção do Estado-Nação para as classes trabalhadoras da
Comunidade Candanga**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB – como parte dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais

Orientadora:

Prof^ª Renata de Melo Rosa

**Brasília – DF,
2005**

Gizele Alves de Carvalho

IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA:

**A construção do Estado-Nação para as classes trabalhadoras
da Comunidade Candanga**

BANCA EXAMINADORA:

Profª Renata de Melo Rosa

(Orientadora)

Profº Marco Antonio de Meneses Silva

(Membro)

Profª Meireluce Fernandes da Silva

(Membro)

Brasília-DF,

2005

“A Ana Santarém”.

AGRADECIMENTOS

Sou grata aos meus queridos pais que sempre me apoiaram em todas as minhas decisões, à minha tia Lindaura e à minha grande amiga Natália Pinheiro, ambas incentivadoras deste trabalho.

Agradeço também à minha orientadora, Prof^ª Renata Rosa, uma excelente profissional.

Ainda tenho muito o que aprender. O campo profissional das Relações Internacionais requer dedicação, aliás, qualquer exercício. Uma obra nunca está completa porque todos os dias se aprende a elaborar um texto, não somente com os livros, mas com os amigos.

RESUMO

O conceito de nacionalidade não está atrelado necessariamente ao nacionalismo. A partir deste princípio, surgiu-me o interesse de investigar o tema, delimitando o meu trabalho ao princípio que trata a questão da identidade nacional brasileira indagando os pressupostos da nacionalidade brasileira.

O primeiro capítulo estabelece um diálogo entre Gilberto Freyre e Roberto DaMatta, de um lado, e a visão histórica marxista de Caio Prado Jr., como guia para a abordagem crítica referente à formação da sociedade brasileira.

O Capítulo II descreve o resultado de minha pesquisa de campo no intento de compreender e interpretar o significado de nacionalismo da Comunidade Candanga e as suas perspectivas em relação ao Estado – nação.

O Capítulo III fará uma breve apresentação da teoria do nacionalismo no sentido de estabelecer um elo entre os clássicos Eric J. Hobsbawm e Benedict Anderson engendrando uma nova concepção de nacionalismo brasileiro adaptada aos argumentos coletados.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	iv
AGRADECIMENTOS.....	v
RESUMO.....	vi
1. INTRODUÇÃO.....	01
1.1. Hipótese.....	01
1.2. Objetivos.....	01
1.3. Metodologia.....	02
1.4. Introdução ao tema.....	02
2. A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA.....	04
2.1. O início da organização social do Brasil.....	04
2.2. O sistema escravocrata e os efeitos sociais.....	08
2.3. O nacionalismo fomentado pelo Catolicismo.....	11
2.4. A simbologia da identidade nacional brasileira.....	14
3. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	17
3.1. O silêncio como uma das formas de expressão das camadas populares frente aos argumentos políticos do Estado – nação.....	17
3.2. As diferentes formas de linguagem sobre nacionalismo.....	21
3.3. A identidade nacional construída a partir do lazer.....	28
3.4. O gênero masculino como construtor da ideologia nacional.....	34
3.5. Nacionalismo e xenofobia no Brasil.....	37

4. BREVE APRESENTAÇÃO DA TEORIA DO NACIONALISMO.....	40
4.1. A origem da consciência nacional.....	40
4.2. A implementação do nacionalismo nos Estados Americanos.....	45
4.3. O imperialismo nacionalista e o Estado – nação oficial.....	48
4.4. A língua de Estado.....	52
4.5. Racismo x Nacionalismo.....	56
4.6. As conseqüências do nacionalismo e algumas de suas influências.....	58
5. CONCLUSÃO.....	61
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

1.0 INTRODUÇÃO

1.1 Hipótese

A hipótese da monografia consiste em questionar como o Estado – nação é construído pelas classes trabalhadoras da Candangolândia.

1.2 Objetivos

A pesquisa desenvolvida possui objetivo geral e objetivos específicos, sendo eles:

Objetivo Geral

Descobrir qual a saída estratégica encontrada pelas classes trabalhadoras frente à exclusão política para a inserção de novos símbolos nacionalistas.

Objetivos específicos

- Analisar a formação social brasileira no período colonial brasileiro para melhor interpretação da identidade nacional contemporânea e os reflexos do Estado-colônia nela apresentados;
- Questionar a centralidade do Estado-nação e o interesse em criar uma identidade nacional;
- Discutir a artificialidade do Estado-moderno sob a prerrogativa de representar a população brasileira com símbolos “universais” e “cultura popular”;
- Apontar os obstáculos encontrados pelas classes trabalhadoras para divulgarem seus argumentos e críticas;
- Aplicar a teoria do nacionalismo à realidade das classes trabalhadoras.

1.3 Metodologia

A idéia central da monografia será conduzida através do método empírico, ou seja, pesquisa de campo com entrevistas coletadas das classes trabalhadoras moradoras da Candangolândia. Também está incluso no desenvolvimento do trabalho, artigo do jornal e entrevista gravada e cedida pelo canal de televisão Radiobrás, envolvendo o renomado antropólogo Roberto Damatta.

A relevância do tema consiste em salientar a importância do tema na reflexão do processo de formação do Estado –nação e a identidade nacional história das Relações Internacionais e introduzir na possibilidade de comparar outras sociedade e nelas encontrar novas formas de atribuírem seus valores nacionais.

1.4 Introdução ao tema

A ideologia nacional, de certa forma, não se adapta totalmente aos interesses da maioria das classes trabalhadoras. A artificialidade do Estado-moderno é proveniente de símbolos criados por uma minoria elitista, particularmente, voltada aos interesses da burguesia em maioria dos casos.

Os valores nacionais obtidos e originários das classes trabalhadoras no Brasil, necessitam de recursos criativos para se instaurarem no cenário político e cultural. Um país como o Brasil, vasto de diversas influências étnico-sociais, carece de um debate democrático entre povo e governo dando ênfase para análise sobre uma temática tão ampla e moderna.

Será que somente o Estado – nação é o único a possuir um discurso competente? As classes trabalhadoras também podem construir sua própria consciência nacional e argumentos políticos expressivos, mesmo sob o “autoritarismo invisível” do Estado conservador e patriarcalista.

Como driblar a dificuldade de acesso à identidade nacional pelos meios cívicos? Além deste tópico, insiro neste debate o valor negativo dado à miscigenação, quando existe um valor hierárquico na navegação social brasileira , provocando uma carência de diagnósticos detectores dos preconceitos não tão expostos mas existentes. Neste mesmo raciocínio, um outra indagação é levantada, como o sentimento de alteridade interna e a xenofobia estão interligados na ideologia nacionalista.

A proposta desta monografia é abordar um tema cultural e, ao mesmo tempo, realçar sua conexão com a política permitindo um alargamento da consciência nacional sobre a “comunidade crítica”, interrogando a capacidade participativa e os resultados almejados pelas classes trabalhadoras.

2. A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

2.1 O início da organização social do Brasil

O “acaso” do descobrimento das Américas não foi absolutamente uma natural consequência de um território. O auge do interesse europeu nos séculos XV e XVI pelo Oriente era construído basicamente pelo comércio. Com a descoberta dos territórios americanos, houve um sentido para as navegações comerciais: transformar os obstáculos geográficos em meios de exploração.

Sendo a América tropical um continente desconhecido do Velho Mundo, sem “civilizações de culturas avançadas”, sob a ótica do europeu, a exploração comercial foi uma opção histórica e pode-se dizer que a colonização brasileira estava muito mais próxima dos propósitos comerciais do que propriamente civilizatórios.

A organização administrativa do Brasil colônia estava inteiramente ligada aos mandatos da monarquia de Portugal e em quase tudo, o Brasil necessitava prestar contas administrativas. Além do interesse puramente comercial, havia lentidão dos processos políticos e jurídicos nos despachos comerciais e a sociedade foi formada num sistema quase que totalmente despreparado de instruções cíveis, educação, interesse político e cidadania. Obviamente, o negro foi concebido como escravo e não tinha espaço na organização do estado. Por parte dos portugueses, não havia interesse em organizar uma sociedade instruída e genuinamente brasileira, tampouco criar um Estado independente e promissor.

De acordo com a visão de Caio Prado Júnior¹, faltava disciplina administrativa. A massa popular era acrescida de escravos leigos e totalmente dependentes de seus senhores, caboclos analfabetos, prostitutas, vagabundos, colonos empobrecidos. A ausência de civilidade e argumentações críticas, a disparidade entre a linguagem política e a popular era claramente perceptível, segundo o mesmo autor.

No Brasil, a heterogeneidade inicial, de brancos colonos e índios não fomentou lutas árduas de separação étnica como na Europa. A implementação da nação moderna na América Latina foi implementada sem revoluções lexicográficas ou civis.

¹ Ver Caio Prado Junior. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

O funcionalismo estatal do período colonial era em favor do enriquecimento da matriz portuguesa e na base da exploração. A evolução social do Brasil – colônia solidificou basicamente na escravatura, na religião católica e na política patriarcalista. Para Prado, o Brasil era uma colônia fadada a seguir instruções da Coroa Portuguesa.

Desde os primórdios da política do Estado – colonial, a administração pública foi centralizadora em interesses e privilégios de uma minoria. A dinastia portuguesa decadente encontrou na formação do Estado – nacional brasileiro uma forma de sustentação econômica e suporte político.

Paradoxalmente, o Estado nacional brasileiro forma-se sobre as rédeas da metrópole portuguesa. A independência oficial do Brasil ocorreu com a presença da Corte Portuguesa, o que dificultou sua total independência política.

A formação Estado – nação brasileiro também esteve muito ligado às conseqüências da miscigenação. É importante deixar claro que a relevância dada à miscigenação, nesta análise, está voltada aos valores atribuídos a ela causando diferentes resultados em cada sociedade, sendo eles positivos ou negativos como o racismo pois, a miscigenação é considerada um fenômeno histórico que faz parte de todos os Estados colonizados.

Gilberto Freyre admite que o significado de miscigenação para a sociedade brasileira esteve voltado ao processo da “sifilização” ou melhor, o destino social brasileiro era comandado pelo fator sexual:

“A falta de gente, que o [o português]² afligia, mais do que qualquer outro colonizador, forçando – o à imediata miscigenação – contra o que não dispunham, aliás, de escrúpulos de raça, apenas preconceitos religiosos(...) Vantagem para sua melhor adaptação, senão biológica, social” (...)³

Apesar do apelo à necessidade biológica, é possível pensar que a miscigenação do colonizador português não só aconteceu por necessidades biológicas, mas por opção porque a junção de duas ou mais etnias podem ser viabilizadas por escolhas, porque o negro e o índio também miscigenaram entre si, não somente por carência física.

Curiosamente, em Casa Grande & Senzala há uma interpretação de que a miscigenação foi também resultado de um livre arbítrio, originando relações estáveis

² Grifo meu

³ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 14^a ed. Recife: Imprensa Oficial, 1966. p. 15

com a formalização de famílias: (...) “entre as filhas das caboclas iam buscar esposas legítimas muitos portugueses, mesmo dos mais ricos, e até “alguns neerlandeses abrasados de paixões”⁴

Gilberto Freyre absorve o Brasil como fruto de uma miscigenação sem maiores contrastes de uma nação cultural e política conflitante: “Os portugueses não trazem para o Brasil nem separatismos políticos, como os espanhóis para o seu domínio americano, nem divergências religiosas, como os ingleses e franceses para as suas colônias”⁵

Entretanto, o fenômeno da miscigenação ocorrida no Brasil brasileira não significa harmonia e pacificação política interna, pois é acompanhada de desigualdade entre grupos “raciais”. Pelo contrário, nem toda população brasileira absorve a miscigenação com espontaneidade, nem todos se sentem miscigenados ou a absorvem como simbologia nacional, porque o racismo também pode estar presente nos dois modelos de construção da nação, (sociedade miscigenada ou entre brancos e negros).

Quanto as origens escravocratas, a exploração da monocultura e o coronelismo fomentavam o princípio de desigualdade sócio-econômica. Enfim, nossa sociedade foi moldada principalmente pela razão dos interesses do Estado – nação paternalista e antagonicamente excludente, o “governo másculo e autocrático” na explanação de Gilberto Freyre⁶. DaMatta parte do pressuposto que há um excesso de normas e leis e, de certa forma, indivíduos cada vez mais alienados quanto a essas regras. A submissão política também é refletida na posição econômica e na linguagem do indivíduo e de acordo sua navegação social⁷.

A estrutura social brasileira colonial transpôs a brutalidade escravista aos tempos contemporâneos em forma de exclusão social. Houve a homogeneização de etnias na estrutura brasileira, entretanto, a sociedade colonial foi composta de fragmentos heterogêneos, segundo Caio Prado⁸. O autor descreve a população mestiça e negra

⁴ FREYRE, Gilberto, op. cit., p. 91-92

⁵ FREYRE, Gilberto, op. cit., p. 31

⁶ FREYRE, Gilberto, op. cit., p. 55

⁷ DAMATTA, Roberto, op. cit., p. 99

⁸ JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. p.367

oriunda de poucos privilégios econômicos como inerte à situação política e administrativa.

Segundo Caio Prado, o nacionalismo no Brasil colônia desenvolveu-se pelo ofício da subordinação política. O patriarcalismo não só geriu a política de Estado, como a sociedade. O senhor escravocrata mantinha uma relação tanto com o negro quanto à família patriarcal dependentes de sua autoridade. O governo colonial brasileiro mantinha suas diretrizes centralizadoras na tentativa de manter-se bem sucedido.

Caio Prado considera que grande parte dos Estados coloniais Americanos foram monopolizados pelas metrópoles exploradoras não só na economia como também na política. A cultura também era um artefato de dominação. O nacionalismo fincava-se nas bases de exploração por diversos meios.

A formação da identidade nacional no período colonial acarretou em uma administração pública frágil, regulada pelo governo português. O Estado – colonial brasileiro era disperso no interesse de ativar uma sociedade participativa, mantendo a manifestação popular fundada na desinformação e sem possibilidade de exprimir suas argumentações políticas com notoriedade.

O mau regime alimentar criticado por Gilberto Freyre na era colonial foi decorrente da monocultura. O regime alimentar é considerado por DaMatta um equivalente às identidades pessoais e grupais permitindo também, melhor compreender a sociedade brasileira e seus referenciais simbólicos.

2.2 O sistema escravocrata e os efeitos sociais

A imagem do negro na sociedade é posicionada por Gilberto Freyre sob forma de bondade, servidão e sensualidade, totalmente adaptado à ordem social vigente, postando-se com passividade, vestido de escravo por motivos de sobrevivência e assimilação da sociedade: “Impossível a separação do negro, introduzido no Brasil, de sua condição de escravo”⁹.

O posicionamento de Freyre visualiza o “preto” como escravo e como resultado de uma adaptação social. A índole pacífica do negro apresentada no imaginário nacional não é absoluta, até porque houve uma rejeição por parte da raça negra em distanciar-se de suas diversas tradições culturais, a exemplo de sua religião.

Apesar da dependência do negro do seu senhor para a tomada de decisões e do racismo, a aristocracia colonial no Brasil também dependia do negro. A mola econômica era a escravatura, assim como os serviços residenciais, apoio sentimental e proteção afetiva das mucamas constituíam parte da estrutura familiar brasileira.

A visão de Caio Prado é de que cultura negra foi tão fundamental para o português, que este pôde esbanjar de vida opulenta e soberba. Segundo a historiografia do autor, a idéia de um branco em trabalhos braçais não foi bem vista pelos portugueses e os negros conformaram a substituição do ócio português. Com a falta de força braçal por parte dos colonos brancos, a importação de negros fincou-se no sistema econômico: (...)“a utilização universal do escravo nos vários misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito do trabalho, que se torna ocupação pejorativa e desabonadora”¹⁰.

O negro, em grande parte, construiu a imagem nacionalista do Brasil desde o período colonial. As ideologias sócio-políticas escravocratas eram inibidoras da manifestação negra. O sistema escravocrata esfacelou grande parte dos seus direitos. Mas não afetou

⁹ FREYRE, Gilberto., op. cit., p. 315

¹⁰ JÚNIOR, Caio Prado. op. cit. p. 278

substancialmente a ordem hierárquica da sociedade, generalizando o negro sujeito à passividade. A escravidão do Brasil – colônia simplificou o negro à submissão (não só no Brasil, mas em todo o Atlântico Negro).

Gilberto Freyre aponta a cultura negra como a mola da sociedade brasileira, no entanto, o maior destino do negro foi a servidão. A participação política do negro foi, em grande parte, anulado pela escravidão. A influência negra teve dificuldades de se inserir no cenário político e civil.

Em contrapartida, a manifestação nacionalista negra, por via de regra, originou-se num ambiente de criatividade levando em consideração a dificuldade de participação no cenário social. A capacidade do negro não deve ser traduzida apenas no ambiente social e político. A relevância está na contradição de uma classe social considerada sem privilégios, mas que ao mesmo tempo, foi capaz de gerar sua própria simbologia nacional, mesmo em um cenário hierarquizado.

Não há como negar a contribuição do negro na formação da identidade nacional brasileira. O negro está presente em quase toda história brasileira, o que não significa, evidentemente, que sua presença seja direta e plausível no cenário político colonial. O Estado nacional, em sua estruturalização no período colonial, foi predominantemente regido por brancos em favor da monarquia de Portugal, baseada em um regime escravocrata excludente.

O racismo repercutiu como uma barreira no desenvolvimento sócio – político do negro. A sexualidade negra foi instruída pela sociedade colonial sob prerrogativas do preconceito. O negro enfrentou a imagem sexual aliada à do escravo. A sensualidade do negro muitas vezes foi exposta como influência cultural, de inferiorização por parte do senhor branco na formação da identidade brasileira.

Gilberto Freyre salienta a colonização portuguesa ausente de preocupação com pureza de raça, resultado do contato sexual inter-racial e destaca a influência do negro na miscigenação e sua capacidade de influência na identidade brasileira. Em compensação, DaMatta considera a “harmonia” da miscigenação, o contato sexual do branco com o negro e com o índio “uma ilusão de equilíbrio de raças”. Ele ainda considera o racismo no Brasil contemporâneo forjado pelo requinte e não formalizado, mas existente.

Não existiu, aparentemente, na formação social brasileira, uma rivalidade étnica plausível de fricções devastadoras de guerra civil como na história norte – americana.

Gilberto Freyre aponta que a miscigenação foi propulsora da harmonia cultural e racial. O equilíbrio da unidade nacional é, para Freyre, evidenciado pelo orgulho de ser brasileiro.

O preconceito contra o negro no Brasil é peculiar. Também pode –se considerar o racismo como deformador das ações políticas do Estado. O preconceito foi muito maior com a cor do que os efeitos puramente biológicos desmistificando o manifesto da miscigenação capaz de formar uma nação sem controvérsias étnicas.

2.3 O nacionalismo fomentado pelo Catolicismo

O Catolicismo infringiu diretamente os pactos sociais indígenas, catequizando, ensinando-lhes a língua portuguesa e demarcando territórios em nome de uma divindade cristã movida por particularidades do Estado – colonial.

A artificialidade do Estado (salientando que o Estado artificial é aquele que usa o slogan da igualdade das raças, mas só serve a uma) era constante em suas decisões inclusive na civilização indígena. A unidade nacional brasileira, tanto lingüística quanto religiosa, foi uma miscigenação cultural resultante de um imperialismo político e hierárquico.

O negro também foi inferiorizado pelos seus costumes diante da moral Católica, não considerando o mesmo que ponto crítico das diversas etnias européias (estas por sinal, revolucionárias). Em Casa – Grande & Senzala, Gilberto Freyre denuncia movimentos de revolta pela opressão cultural branca contra suas tradições religiosas africanas:

“O Abade Étienne revela-nos sobre o movimento male da Bahia em 1835 aspectos que quase identificam essa suposta revolta de escravos com um desabafo ou erupção de cultura adiantada, oprimida por outra, menos nobre (...) Merece lugar entre as revoluções libertárias de sentido religioso, social ou cultural”¹¹.

A política nacional era constantemente mantenedora da obediência dos nativos. Os jesuítas arrecadavam fiéis indígenas com a finalidade de manter o equilíbrio do Estado – colonial ausente de fricções. O catolicismo também fazia parte do interesse do rei no Brasil devido o clero não possuir autonomia perante o Estado – colonial brasileiro.

Equiparando religiosidade e patriarcalismo do Estado - colonial, o Catolicismo tornava –se um símbolo dos propósitos políticos. A fidelidade à religião garantia a unidade política. Os grupos indígenas adquiriam uma nacionalidade antes inexistente em sua tradição, tornando-se católico e brasileiro pelo interesse da *intelligentsia* estatal.

¹¹ FREYRE, Gilberto. op. cit, p. 299

A citação de Gilberto Freyre apresenta o sentimento religioso como artefato do poder governamental brasileiro:

(...) o colonizador do Brasil apoiou-se no critério de pureza de fé. Em vez de ser sangue foi a fé que se defendeu a todo transe da infecção ou contaminação com hereges [todos os que não eram católicos]¹². Fêz-se da ortodoxia uma condição de unidade política”¹³.

A *intelligentsia* administrativa mantinha o Clero em seu poder político diferente da independência da organização eclesiástica portuguesa. De acordo com Caio Prado Júnior, “A Igreja forma assim uma esfera de grande importância da administração pública”¹⁴. Significativamente, a Igreja Católica era um meio de linguagem eficiente para manter os interesses do Estado colonial. Neste aspecto, Gilberto Freyre esclarece o “índio pagão” transmutado pela religião na versão de um “brasileiro nato”.

Bom lembrar que, apesar da consideração da religião católica como simbologia nacionalista, ainda assim a alteridade interna permanece no tecido social. Os grupos indígenas e seus costumes eram vistos a partir de um ângulo de estranhamento e inferioridade cultural pelos próprios jesuítas que manifestavam o interesse em catequizá-los.

A imposição religiosa resultou em indígenas transformados em brasileiros por força maior. Freyre¹⁵ expressa a religião como meio de legitimação da organização social afirmando a posição de que a religião católica foi o cimento da sociedade.

A concepção de nacionalismo no Brasil pelos responsáveis da difusão religiosa era diferente do entendimento de sociedade para os grupos indígenas. O processo de construção da nação não efetuou total harmonia cultural. A uniformização do catolicismo aparece como uma das formas de superioridade cultural e influências de Estado.

¹² Grifo meu

¹³ FREYRE, Gilberto. op. cit., p. 216

¹⁴ JÚNIOR, Caio Prado. op. cit, p. 331

¹⁵ FREYRE, Gilberto. op. cit., p. 32

A língua uniforme foi imposta nos processos de catequização, ilustrando mais uma vez a infiltração do propósito do governo. No meio de tribos indígenas, não houve fricções em prol de línguas vernáculas. Porém, a construção do Estado – nação brasileiro foi artificial e como na Europa, acrescida da adoção de uma língua oficial.

A oficialização da língua portuguesa era uma constante preocupação do Estado colonial. Percebe-se a criação de uma nova nacionalidade assimilada à língua e a religião. O Catolicismo foi um dos maiores fatores presentes na divulgação da língua portuguesa entre os índios e negros.

A educação religiosa foi um dos artifícios mais bem utilizados pela organização nacionalista. Aprendendo a língua falada, o índio conquistava a civilidade oferecida pela superioridade política.

A artificialidade do Estado também se declarou na imposição religiosa sobre as raízes negras. Observo que nem sempre a vontade do Estado anula totalmente a personalidade cultural de uma etnia. A religião oficial foi a Católica no Brasil colonial, mas o negro continuou a absorver em sua integridade moral religiosa os orixás africanos (lembrando que os indígenas também).

O negro absorveu a nacionalidade brasileira e língua falada através de sua mobilidade cultural. Na seguinte afirmativa de Ruth Gauer averiguo a força expressiva do negro na composição da identidade brasileira: “Enquanto a primeira [língua criada para falar com índios]¹⁶ foi obra dos jesuítas, a segunda foi obra dos próprios negros”¹⁷. No entanto, observo que os indígenas também possuíam diversidade de línguas, não excluindo sua resistência em falar o português.

A vulgarização da língua portuguesa entre etnias negras no Brasil não foi associada à passividade e acato às regras estatais. Contrariamente, o Estado comportava contra a integridade lingüística entre negros para mantê-los longe de revoltas contra o governo e possíveis desmantelamentos da ordem política adquirida. A unidade na língua no Brasil foi abastecida de resoluções contraditórias.

¹⁶ Grifo meu

¹⁷ GAUER, Ruth Maria Chittó. **A Construção do Estado – Nação no Brasil**: a contribuição de egressos de Coimbra. Curitiba: Juruá, 2001. p. 20

2.4 A simbologia da identidade nacional brasileira

O que não aconteceu no Brasil foi o processo revolucionário de construção da nação na formação do Estado Brasileiro. Há inúmeros discursos acerca da natureza do povo brasileiro: se é ou não passivo em adaptar-se a um regime político ou interesse de uma minoria.

No período colonial, conforme indica Caio Prado¹⁸ os negros revoltavam “surdamente” em quilombos, fugas e organizações à margem urbana não significando desde início uma sociedade de origem passiva e que outrora não houve tentativas de mudanças estruturais. Na Bahia do século de XIX, inúmeras inquietações existiram no repertório nacional por parte de miscigenados e toda a classe de peles escuras. Contudo, não havia uma linguagem suficientemente capaz de afetar a política metropolitana.

Para DaMatta¹⁹, a voz do povo brasileiro sempre contradiz a voz oficial. Existe uma certa superficialidade nos esclarecimentos dos interesses do Estado se observada no argumento da linguagem popular. Presumo que a superficialidade incorpore a ausência de uma mudança estrutural na política social afetando diretamente a consciência nacional por parte da população.

A interpretação é fundamental para a análise social. O passado colonial foi transferido para a consequência do presente. A simbologia nacional contemporânea foi acarretada de efeitos anteriores da história política, econômica, social e cultural. O embrião nacionalista brasileiro acarretou em uma ideologia estatal nem sempre condizente à realidade popular. A interpretação da política de massas era deformada, possuidora de uma linguagem heterogênea. A idéia de nacionalismo surgiu em um ambiente político centralizado, em diversos casos, submisso aos interesses da realeza portuguesa.

O Estado administrativamente centralizado na época colonial refletiu-se em uma sociedade de baixa maturidade cívica e desarticulada do papel de contribuição política, gerando problemas estruturais e soluções conjunturais nem sempre eficazes.

A razão fundamental da discrepância e deformidade na formação social está fortemente associada ao período colonial. De acordo com a visão de Caio Prado²⁰, a formação social brasileira resultou em populações às margens do sistema político-

¹⁸ JÚNIOR, Caio Prado. op. cit, p. 367

¹⁹ DAMATTA, Roberto, op. cit., p. 13

²⁰ JÚNIOR, Caio Prado. op. cit, p. 356

econômico. A produção econômica era gerida, em grande parte, por escravos e senhores ou pelos dirigentes da colonização. Os demais davam origem a categorias de marginalizados tendendo ao desequilíbrio sistemático.

A própria passagem do indivíduo escravo para a condição livre provocou a exclusão no cenário político patriarcal. A “caboclicização²¹” instituiu uma nova categoria: a classe de indivíduos marginalizados político e socialmente.

Dois vícios relevantes no sistema colonial foram: os de efeito moral e os de efeito econômico. A decadência material da sociedade aos poucos promovia efeitos desmoralizantes levando novos brasileiros ao crime e a violência. A simbologia nacional foi também marcada pelas contradições sociais, exemplificadas por DaMatta, do tipo: “o malandro”, “a vadiagem”, “o jeitinho”.

A dificuldade em diagnosticar a alteridade interna num Brasil de mulatos, caboclos, descendentes de europeus entre outros é um fenômeno social que torna impossível delimitar a formação da identidade brasileira sob um único foco.

A alteridade interna interfere na simbologia nacional, porque esta varia de acordo a origem étnica, sócio-cultural e mediante a forma em que se enxerga os demais indivíduos de uma mesma nacionalidade. Um exemplo é quando considerar um brasileiro descendente de chinês, mesmo possuindo nacionalidade brasileira, até que ponto ele é visto como brasileiro pela comunidade em que vive, qual sua representação no imaginário nacionalista e o que é considerado pelo mesmo como símbolo nacional.

Novamente colocando em questão o equilíbrio de antagonismos, resultado de um entendimento cultural proposto por Gilberto Freyre, DaMatta problematiza o sistema social brasileiro hierarquizado. Levando em conta o princípio da navegação social, inserção e exclusão nacionalista, os valores discriminatórios podem ser amalgamados ao sentimento nacionalista, pois a democracia “racial” brasileira permite diferenças de posição social e cultural na simbologia nacional.

Um outro exemplo de alteridade entre os próprios nacionais é a ambigüidade de percepção acerca do indígena, ora visto como o “verdadeiro” brasileiro, ora observado como o “outro” delimitado como “nativo” e não como brasileiro. Não cabe aqui discutir preconceitos, direitos e deveres puramente, mas verificar o fenômeno de inclusão e exclusão no espaço da nação brasileira imaginada.

²¹ Expressão utilizada por Caio Prado Júnior, op. cit., p. 344

Dependendo de quem seja o “nós” e “outro” pode ou não haver preconceitos. O que é ser brasileiro, quem considero e como considero altera a percepção da vida social e da simbologia nacional. Portanto, a identidade nacional brasileira tem de ser entendida a partir de um processo dinâmico e variável, levando-se em consideração os aspectos culturais, sociais, históricos e políticos.

3. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

3.1 O silêncio como uma das formas de expressão das camadas populares frente aos argumentos políticos do Estado-nação

Este capítulo terá como objetivo registrar os dados de minha pesquisa de campo, na cidade da Candangolândia. Realizei entrevistas com alguns moradores desta cidade no período de agosto a setembro de 2004, através das quais, algumas características destacaram: vergonha e medo.

Inicialmente, uma das atitudes que me chamou a atenção foi a recusa da entrevista por parte de alguns possíveis entrevistados. Houve vezes que eu tentava dialogar, mostrar que a pesquisa era algo rápido, mas elas insistiam em dizer que não estavam disponíveis no momento. Este fenômeno pode ser pensado a partir da manifestação de dois sentimentos quando se trata de política e nacionalismo: a vergonha e o medo. Tais sentimentos não foram por mim atribuídos, mas constituem objeto de reflexão deste trabalho.

Num primeiro instante, imaginei má vontade por parte delas porque, talvez, eu não soubesse indagá-las de maneira adequada. Entretanto, percebi que não deveria insistir na entrevista caso as pessoas escolhidas indicassem não querer ser entrevistadas e examinar profundamente o significado deste silêncio. Só pude interpretar o silêncio dos possíveis entrevistados em dar entrevistas imediatas a partir do momento em que vi o medo e a vergonha como uma forma de manifestação política.

A expressão do nacionalismo no Brasil obtém formas diferentes de acordo ao ângulo social que propusermos a observação. A comunicação pode não ser verbal, onde o silêncio também se estabelece como uma forma de expressão política. Pode não ocorrer um diálogo aberto, mas a informação é repassada. O silêncio político pode ocorrer por parte das classes trabalhadoras e/ou por parte do governo, mas possuem propósitos e interpretações diferentes. Max Weber afirma que a omissão e o silêncio constituem formas do agir social, já que são motivadas por algo: “A ação social (incluindo omissão e tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro”²².

²² MAX, Weber. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. v.1.p.13

O silêncio no contexto específico das classes trabalhadoras é originado pelo medo e pela vergonha. Estes dois sentimentos estão, de certa forma, inerentes ao reflexo do pensamento político dessas classes, movido pelo argumento de incapacidade de mudanças.

Muitas vezes, se diagnostica que a classe trabalhadora não carrega consigo uma capacidade crítica política ou ao menos uma reflexão de sua identidade nacional. Após minha pesquisa de campo, verifiquei que havendo uma alteração na interpretação de uma determinada sociedade aparece características não apresentadas anteriormente, devido à inobservância. A alteração de uma opinião pode ocorrer devido diversos fatores, como uma mudança em determinada circunstância, a exemplo da escolha de um certo local para entrevistas como reflete DaMatta²³, quando ele diz que a casa não é o local do dilema, do debate político, da discórdia, pois é um local culturalmente proibido.

Através do grupo que investiguei, observei que o medo e a vergonha são também formas que expressam opinião. As pessoas do grupo não possuem argumentos similares aos de um cientista político ou de um governante, mas a sua essência transmite a inexistência do diálogo horizontal do Estado-nação frente aos seus cidadãos. O medo, constitui então, um tipo de um mecanismo que expõe a impotência de seus recursos intelectivos, mas não exclui a presença de uma crítica ao Estado que, como não se verbaliza, parece não existir e dá a falsa impressão de passividade.

O papel do Estado nem sempre é discutido entre as massas populares (ou talvez nós não sabemos interpretar ou diagnosticar esses momentos), apresentando-se como fonte de interesses do Estado-nação, e não indicando o inconformismo transparentemente em diversas situações. Acontece então, uma inércia na identidade política nacional, nada se revoluciona porque a ausência de recursos discursivos imobiliza as classes que se sentem incapazes de reagir. O debate nas classes trabalhadoras não flui.

A vergonha de se expor em um discurso político, por mais informal que seja, também representa o sentimento de incapacidade crítica ao Estado porque o indivíduo acredita que não domina o discurso competente. Reafirmo, essas pessoas são capazes de criticar e expor idéias ao seu modo, mas o Estado-nação possui uma diferente

²³ Ver DAMATTA, Roberto. **A Casa & A Rua**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. p.53

influência de linguagem e de objetivos, intimidando-as por não existir familiaridade entre linguagem “popular” e governo. Marilena Chaui aborda o discurso competente institucionalizado representado por uma linguagem restrita, onde “não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância”²⁴.

A construção de idéias referentes ao Estado-nação é montada quase que em sua totalidade pelo próprio Estado dificultando as classes trabalhadoras adquirirem seus próprios argumentos. Para Bourdieu, a sociedade pode ser entendida a partir da reprodução contínua dos valores da classe dominante, que são reproduzidos na escola, na mídia, na academia, em quase todos os lugares simbólicos do pensamento, como descreve em sua citação:

“Enquanto produto da dominação política incessantemente reproduzida por instituições capazes de impor o reconhecimento universal da língua dominante, a integração numa mesma “comunidade lingüística” constitui a condição da instauração de relações de dominação lingüística”²⁵

Estas camadas sociais não se sentem capazes de serem ouvidas, não dispõem ou não reconhecem mecanismos influentes de abordarem seus propósitos. Um fato considerável é o Estado não proporcionar a essa comunidade a possibilidade de contrapartida equiparável, uma perspectiva horizontal na negociação e debate político pois, o Estado brasileiro é montado na autoridade burguesa. Embora, para Chauí, não deve ser o Estado o propiciador desta nova mentalidade, mas a consciência deve surgir da própria classe trabalhadora para que esta seja verdadeiramente autônoma. Sob este prisma, a autora descreve:

²⁴ CHAUI, Marilena de Sousa. **Cultura e Democracia**: O discurso competente e outras falas. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 7

²⁵ BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas**: O que falar quer dizer. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1998. p. 32

(...) “se as idéias dominantes são as da classe que exerce a dominação, então seu contraditório certamente deve existir, ou seja, as idéias dos dominados enquanto constituem determinações de uma cultura dominada”²⁶

3.2 As diferentes formas de linguagem sobre nacionalismo

Para a maioria das classes trabalhadoras, a crítica profunda sobre o governo é uma idéia bastante complexa. Os indivíduos da classe trabalhadora se sentem impotentes

²⁶ CHAUI, Marilena de Sousa, op. cit., p. 44

diante de uma pergunta um pouco mais elaborada sobre consciência nacional. Eles consideram o nacionalismo como símbolo de cultura e lazer, mas dificilmente o pensa a partir de mecanismos constitucionais.

As camadas trabalhadoras querem não só fazer parte da identidade nacional do país como participar efetivamente. No entanto, não têm argumentos capazes de esclarecer suas opiniões. Possuem vontade, mas não dominam a língua impressa.

O nacionalismo brasileiro anuncia uma “comunidade imaginada”, ligada ao patriotismo que ao mesmo tempo, dificulta o acesso participativo pela linguagem inversamente proporcional. O domínio da língua política - ou a língua do Estado, tal como Benedict Anderson²⁷ conceitua, é um exercício poderoso de defesa de interesses e comunicação eficiente para a burocracia administrativa. Através da linguagem estatal, o governo mobiliza um diálogo aparentemente isento de interesses próprios.

A maneira que o pensamento nacionalista se apresenta no Brasil não é unânime em consequência das desigualdades raciais, de gênero e sócio-econômicas. Há uma discrepância na realidade das classes sociais, evidenciando nitidamente a maneira como se expressam as opiniões e discursos diversos. Existe, pois, um particular modo de imaginar a “comunidade imaginada”.

A interpretação do nacionalismo processa-se de acordo estrutura sócio-econômica e histórica onde foi e é aplicado. Quando se pergunta o que é ser brasileiro, qual é o símbolo do Brasil, inúmeros símbolos se agregam: samba, amizade, liberdade, forró, cidadania, democracia entre outras particularidades. Parecem existir “nacionalidades e nacionalismos” conforme o ponto de vista de cada camada social.

Incluo neste debate um trecho escrito por Guilherme Ruben: “A nacionalidade é, em qualquer caso, a manifestação de uma relação social que expressa poder, e, conseqüentemente, dominação”²⁸ e Hobsbawm²⁹ confirma a citação anterior apresentando também a formação da nacionalidade com bases divergentes, a partir do conflito entre ricos e pobres.

²⁷ ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989. p.84.

²⁸ RUBEN, Guilherme Raúl. **O que é nacionalidade**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 34

²⁹ HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 2ª ed. Tradução de Maria Célia Paoli; Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 1990. p. 151

Nem todos têm acesso à participação política, e quando têm, não sabem como dispor dos meios de acesso, por não dominarem o discurso competente (com uma expressão política resistente) formulando um raciocínio crítico e cético. Um dos motivos de se saber muito pouco sobre o significado de nacionalismo para a classe trabalhadora é a dificuldade que elas têm de interpretar a linguagem utilizada pelo Estado e expor suas idéias e seus interesses frente aos argumentos políticos.

Norberto Bobbio define que num Estado nem todos estão coesos a língua comum responsável pela transmissão efetiva da consciência nacional e do interesse do Estado entre os compatriotas, referindo-se a nações bilíngües ou trilíngües:

(...) “o Estado, para desempenhar eficazmente sua ação em todo território, precisa de uma língua única que possibilite uma ligação direta e permanente entre os indivíduos. (...) Este objetivo, porém, nunca é alcançado em sua totalidade”³⁰.

Trata-se do bilingüismo (referente à língua vernácula) de uma minoria de grupos específicos de Estado e a grande maioria do povo monoglota. No Brasil, o objetivo de unidade da língua nacional é alcançado em sua totalidade, mas o mesmo problema persiste, pois é o de linguagem. É do “bilingüismo” (referente à linguagem política e a linguagem das classes trabalhadoras) entre uma minoria de grupos específicos de Estado e a grande maioria do povo “monoglota” que me refiro na sociedade brasileira.

A partir do momento que considero o “monoglotismo” como maior incidência no país, não me refiro à incapacidade de aprender outras línguas vernáculas, porque Benedict Anderson afirma, que o que impede o homem a não dominar infundáveis dialetos e idiomas é a sua mortalidade. O destaque é para a questão sócio-política, a inoperância da linguagem popular mediante o “bilingüismo” da *intelligentsia* estatal.

Percebi também nas minhas análises que o brasileiro adquire uma das principais características de sustentação da “comunidade imaginada” para expressar o

³⁰ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 8ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1995. v.2. p. 800.

nacionalismo. A dona-de-casa Maria Ana³¹ discursa as seguintes palavras sobre reciprocidade:

“Ajudar as pessoas parece ser muito bom. Sentir um pouco do problema dos outros como brasileira. Eu queria sempre estar em contato com as pessoas ajudando-as. A solidariedade é importantíssima”.

Outros acreditam que amar a pátria é valorizando o futebol. Alguns criam certos ícones ou interpretam o nacionalismo da sua maneira, a partir de seu cotidiano. Acreditam que o gosto pela identidade nacional se manifesta através dos gostos específicos, como mulata e samba. A linguagem torna-se diferente muitas vezes do que é expressa por um brasileiro de um outro ambiente sócio-econômico ou regional.

A expressão nacionalista através da língua é comprometida pela região ou pelo tipo de comunidade envolvida nas relações sociais afirma Hobsbawm:

“Como já sugeri uma certa identificação popular cultural com a língua ou com um complexo de dialetos abertamente relacionados, que são próprios a um corpo de comunidade e as distingue de seus vizinhos (...). E na medida que isso acontece, o nacionalismo de período posterior pode ter raízes lingüísticas protonacionais genuinamente populares”³².

Paradoxalmente, apesar da liberdade de expressão que o brasileiro dispõe atualmente, falta reconhecimento por parte do Estado referente à linguagem política que o povo quer expressar. A linguagem deveria servir de vínculo da unidade nacional,

³¹ Entrevista com Maria Ana Santarém, dona-de-casa e moradora da Candangolândia.

³² HOBBSAWM, Eric J.op cit. p.70

entretanto, torna-se um obstáculo. A nacionalidade parece tornar-se diferente dependendo da sua origem sócio-econômica.

O argumento de uma jovem brasileira deixa claro o desejo de participar da transformação do Estado-nação:

“Eu gosto de morar no Brasil, eu não gostaria de morar fora daqui. O que eu gostaria de melhorar no Brasil é o emprego para todos, que o Fome Zero fosse realidade, que acontecesse e não tivesse a indiferença de pessoas, umas se acham maiores que as outras. Eu tenho orgulho de ser brasileira apesar do Brasil não ser bem visto nesta parte que eu falei, o povo não mostrar o que sabe”³³.

Na verdade, o que as pessoas querem dizer é que elas se sentem parte de um país, porém, não são correspondidas muitas vezes por não possuírem competência para ocupar postos de trabalho. Mais emprego, educação e respeito seriam o retorno de sua devoção à pátria e elevaria o nível de comunicação entre povo e Estado seriam uns de seus inúmeros desejos. Suas perspectivas acabam sendo formuladas, em muitos casos, a partir do que o Estado-nação tem a oferecer.

O presidente Lula enfatizou em um discurso, em uma das campanhas da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA): “no Brasil, criou-se o hábito de achar que o Estado pode resolver tudo”³⁴. Entretanto, é graças ao Estado –nação que a nacionalidade atribui manifestação de hierarquia social, num sistema de centralização de poderes e decisões. Mesmo com princípios de política minimalista, o Estado favorece a continuação do patriarcalismo político, e conseqüentemente o povo ainda continua dependente das escolhas do governo, principalmente em quase todos as entrevistas coletadas. O Estado é quase sempre visto por posições unilaterais.

³³ Entrevista realizada com a estudante Laura moradora da Candangolândia

³⁴ “Orgulho de ser brasileiro”. **Jornal das Organizações Sociais**, Brasília, julho 2004. Caderno Dois, p.12

A corrupção, o descaso e a falta de gestão orçamentária seriam alheios ao pertencimento à comunidade brasileira imaginada, pois, mesmo com diferenças de expressão nacional, a maioria dos entrevistados se sente brasileira.

“Eu gosto de ser brasileiro com muito orgulho. Mas eu acho que primeiramente o Brasil teria que ter uma política séria, um governo com mais seriedade, uma economia mais séria”.

diz o Senhor Lourivaldo, morador da Candangolândia.

Mesmo existindo diferentes linguagens representantes do nacionalismo, a busca pela homogeneidade afetiva de uma nação é um tipo de exercício que visa a segurança da continuidade do Estado, ou seja, o patriotismo mantém o povo fortemente aliado ao Estado – nação. Quando um brasileiro diz: “Eu sou brasileiro porque gosto de cachaça ou porque gosto de forró” varia o referencial, o símbolo, mas o sentimento de ser brasileiro é o mesmo. O propósito do Estado moderno é conquistar e administrar continuamente o carisma e a credibilidade de seus cidadãos para a garantia de sua existência.

Em uma outra entrevista perguntei a Dora³⁵, se gostava de ser brasileira e ela responde com franqueza:

“Todo ser tem que amar sua pátria, sua terra onde nasceu, mas o problema atual de ser brasileiro que eu vejo diante da dificuldade do país é a falta de educação, a fome, a miséria que o nosso país se encontra. E com tanta riqueza para a gente explorar e tantas riquezas sendo explorada pelos próprios estrangeiros. Então isso não é questão de não ter orgulho, mas às vezes de se sentir até ofendida de ser brasileira e não ser reconhecida como tal”.

A imagem que o Estado configura o país, nem sempre condiz ao que realmente a classe trabalhadora relata ou vive. Constrói-se um abismo entre a informação das ruas e

³⁵ Dora é dona-de-casa, mas já trabalhou como cabo-eleitoral e pretende criar uma OnG destinada a difusão da cidadania na cidade da Candangolândia.

a estatal (língua de Estado). DaMatta faz o seguinte o argumento: “A identidade se constrói duplamente. Por meios quantitativos (...) e por meios dos dados sensíveis e qualitativos”³⁶. Ou seja, as necessidades e os desejos das populações pobres são invertidas em argumentos ditados pela máquina administrativa do Estado-nação, por apenas meios quantitativos em grande parte do esquema governamental.

Há uma certa artificialidade na construção da identidade nacional, transmite-se a idéia de um sistema de ordem e papéis sócio-econômicos divididos na hierarquia nacionalista conservadora para o que Hobsbawm expõe:

“Muito do que passa por nacionalismo pós-colonial reflete a instabilidade conseqüente das relações do grupo, que estão baseadas não numa real divisão do trabalho ou função étnico-econômica, mas num equilíbrio (ou preponderância) do poder político”³⁷.

Não é de se surpreender que, quando se questiona se o brasileiro, principalmente as massas populares, tem orgulho de sua nacionalidade quase sempre e há emoção em sua resposta. Mediante as inúmeras dificuldades que o povo enfrenta no dia-a-dia, questionei o porquê desta valorização do sentimento nacionalista. Vários entrevistados afirmaram que “é bom ser brasileiro, apesar das dificuldades”, confirmando um sentimento abnegado e às vezes até antagônico por gostar de algo que lhe proporcionem tantos impedimentos. Num diálogo, uma entrevistada³⁸ esclarece seu amor patriota com as seguintes palavras:

“Eles [os empresários e o governo]³⁹ não dão oportunidade para as pessoas que precisam trabalhar, é realmente difícil, tem que mudar mais coisas. Mas eu gosto de ser

³⁶ DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil?. op.cit. p. 19

³⁷ HOBBSAWM, Eric J. op.cit. p. 188.

³⁸ A entrevistada Patrícia é moradora da Candangolândia e trabalha como motorista de transporte escolar

³⁹ Grifo meu

brasileira. Aqui tudo que você quer fazer você consegue, liberdade. As pessoas te dão atenção e lá [no exterior]⁴⁰ não”.

O patriota crê na neutralidade do Estado, o “país de todos” e o amor político enfrenta barreiras e desafios em função de lutar por um futuro imaginado, pelo bem social. O orgulho nacional é importar-se e defender o sentimento de família que Anderson explica: “solidariedade”, “interesse nacional”, por isso pode-se exigir e compartilhar sacrifícios.

3.3 A identidade nacional construída a partir do lazer

⁴⁰ Grifo meu

A construção da nacionalidade no Brasil, pelas classes trabalhadoras não é construída por dentro do civismo, mas pelo lazer. O abismo entre o Estado e o civismo dessas classes é bloqueado pelo fisiologismo da política brasileira. Com a inexistência de uma força comunitária equiparada aos argumentos nacionalista estatal, o lazer acaba sendo o único meio de relevante expressão da identidade nacional.

Por meio de minhas investigações, descobri que existem duas vertentes significativas em que o lazer pode ser instrumento de interpretação nacionalista: o lazer como instrumento de mobilização nacionalista por parte do Estado e o lazer alternativo como uma forma popular de criar uma simbologia nacional própria de certas comunidades.

A comunidade estudada tem, na maioria dos casos, suas expectativas de mudanças sociais voltadas ao que o governo tem a oferecer onde o lazer faz parte dos meios de propagação de sentimento nacionalista pelo Estado-nação. Tal idéia está representada no discurso de Ana Carla⁴¹:

“Eu queria reclamar que o governo que está aí prometeu um monte de coisas e não fez um terço do que ele prometeu. A gente está passando dificuldade aqui e eles não estão nem olhando (...) ele [o Estado]⁴² precisa criar mais lazer pra gente, lazer que eu falo são essas coisas assim... gratuitas que tem na cidade, um modo de você se divertir, uma exposição para você aprender mais alguma coisa”(...)

A crítica à falta de lazer foi quase unânime entre a comunidade da Candangolândia. Durante a entrevista com o Administrador João Dantas⁴³, foi enfatizada importância do lazer na cidade:

⁴¹ Ana Carla é moradora da Candangolândia e no momento trabalha como representante de produtos alimentícios em supermercados.

⁴² Grifo meu

⁴³ João Dantas é administrador na cidade satélite Candangolândia/DF

“... eles se esqueceram na época, os fundadores, as pessoas que planejaram a cidade, esqueceram de deixar a área de lazer, é uma das dificuldades nossas, que nós estamos tentando resolver agora com a entrega do Ginásio de Múltiplas Funções...”.

Posteriormente, a mesma importância atribuída ao lazer se repetiu, quando dialoguei com Wagner⁴⁴, promotor de eventos. Perguntei se existia uma conexão do lazer com a cidadania brasileira. Wagner respondeu com imediatismo:

“Com certeza. Aqui inclusive nós fazemos vários eventos na cidade, várias ruas de lazer, programas culturais, exposições. (...) Influencia bastante pelo fato de tirarmos da rua, da droga, trazer mais para o esporte. (...) nós fazemos o lazer com a música, abrangendo tudo”.

Como ressaltai inicialmente, o nacionalismo pode ser refletido através do lazer como fonte de propagação de interesses políticos ou uma fonte de interpretação peculiar por certa comunidade, mas existe uma complexidade em diferenciar até que ponto o lazer é direcionado pelo Estado (como programas sociais promovidos pelo governo, showmícios de músicas populares, etc...) e até que ponto é garantia da criatividade popular. O caso do futebol é especial (como lazer na categoria do esporte), pois está ligado às duas vertentes dependendo da interpretação teórica.

O futebol seria no ponto de vista de DaMatta, caracterizado como um dos quesitos importantes para o resgate da simbologia nacionalista brasileira:

⁴⁴ Wagner é promotor de eventos do DR/CELT – Departamento de Cultura Esporte Lazer e Turismo

(...) “o que é interessante no futebol, por que ele atrai os brasileiros? Por que as campanhas feitas contra ele não vingaram? Porque o futebol é uma técnica de corpo, e o pobre só tinha o seu corpo, como acontece até hoje. (...) Esses operários, isso é na virada do séc. XIX para o séc. XX, é uma massa de gente desempregada que aprende a jogar futebol(...) tinha gente que vinha nascido da má nutrição, da pobreza urbana brasileira e da pobreza urbana rural brasileira”⁴⁵.

Ou seja, o lazer popular dá oportunidade dessas comunidades participarem dos processos de nacionalidade conforme o seu modo particular, compatível à realidade das classes trabalhadoras.

Em contrapartida, Hobsbawm, apesar de não ser especificamente um teórico brasileiro, mas um historiador europeu, faz uma análise diferenciada; verificando não só o futebol, mas integrando o esporte numa eficaz estratégia para os interesses nacionalistas estatais:

“O que fez do esporte um meio único, em eficácia, para inculcar sentimentos nacionalistas, de todo modo só para homens, foi a facilidade com que até mesmo os menores indivíduos políticos ou públicos podiam se identificar como a nação, simbolizada por jovens que se destacavam no que praticamente todo homem quer, ou uma vez na vida terá querido: ser bom naquilo que faz”⁴⁶.

Já no contexto específico do lazer alternativo, determinados grupos que vivem em cidades de maioria de classe trabalhadora, a exemplo da Candangolândia, criam suas próprias manifestações nacionalistas que inusitadamente divergem da linguagem oficial.

⁴⁵ Entrevista com o antropólogo Roberto Damatta gravada pelo programa Gente. Com, transmitida em canal aberto no dia 26 de Setembro de 2004 pela Rede Nacional / Emissora Radiobrás

⁴⁶ HOBBSAWM, Eric J. op.cit. p 171

O nacionalismo pela linguagem do lazer popular é diferente do nacionalismo interpretado pelo civismo do povo europeu, norte-americano. As letras de *funk*, de *rap*, da capoeira e das danças de rua são um exemplo disso. Benedict Anderson está correto ao afirmar que o nacionalismo engloba sua disseminação através da cultura: “Os produtos culturais do nacionalismo-poesia, ficção, música, artes plásticas – apresentam esse amor com muita clareza, milhares de formas e estilos”⁴⁷.

A “comunidade imaginada” inspirada pelo rap evidencia uma crítica à nação e um apelo de consciência à política nacional. O rap transmite uma vivência social e peculiar como símbolo nacional. É um tipo de interpretação, mesmo não sendo pelos meios cívicos abre caminho para transmissão e acesso de seus propósitos nacionalistas participativos à comunidade adepta ao rap.

Ao compor a música, o *rapper* traduz o patriotismo à sua realidade de acordo a informação alcançada e disponível. O rap acaba sendo um discurso com função nacionalista e um meio de sobrevivência e cidadania. O rap visualiza o lazer como um instrumento para expor suas críticas, possibilidades de mudanças sociais e alternativas políticas próximas ao seu meio sócio-cultural.

Quando uma música é criada, a idéia é transmitir valores sociais e indagações ao poder do Estado-nação em uma linguagem compreensível pelo ponto de vista da comunidade do rap, o que torna o lazer alternativo bastante eficaz. O desejo de transformar o cenário político pode ser traduzido como um sentimento nacionalista. Vive-se também do rap, sente-se brasileiro com ele de acordo com uma declaração do compositor⁴⁸:

“O rap para mim seria como uma válvula de escape, seria como de fosse um resgate. (...) O rap balança e mexe o corpo... mas não é só música e sim conscientização, quando a gente incentiva a leitura (...). Ser brasileiro é encarar a vida como ela é. Eu sou um

⁴⁷ ANDERSON, Benedict. op. cit, p. 154

⁴⁸ Entrevista com o compositor de rap Dino Black morador da Candangolândia

guerrilheiro, eu sou autônomo e vivo do rap. O rap tem que ser realista não tem que ir para a televisão, não tem que estar sendo bonitinho. Acho que o *hip-hop* é consciência. O rap é uma coisa que me completa muito porque é nele que eu me encontro... me faz refém das minhas letras políticas”.

O lazer popular é diferente do lazer elitizado que também em diversas situações é um mecanismo de identificação nacionalista, no entanto, dispõe de argumentos políticos mais expressivos como o cinema crítico, o teatro e as artes plásticas (mas não é impossível que uma camada da sociedade não influencie a outra em conceitos sócio - culturais pois, a sociedade é dinâmica e o diálogo entre realidades faz parte dos acontecimentos urbanos mesmo que indiretamente).

O lazer popular, segundo a minha interpretação, não é somente um mecanismo de entretenimento, porém, uma alternativa criativa capaz de construir e/ou manter o sentimento nacionalista de pessoas marginalizadas social e culturalmente, substituindo a ineficácia de seus argumentos frente ao Estado -nação. O lazer alternativo evidencia a criatividade, um novo ângulo de observação reflexiva sobre a política nacionalista, demonstrando também, que a linguagem das classes trabalhadoras é capaz de expor seus interesses de mudanças sociais, mesmo que de uma forma não cível.

Vejo que o lazer não só para o candango, como para a grande maioria do brasileiro é de suma importância. O lazer também pode ser visto como um símbolo para a identidade nacional, considerando a declaração de um grande percentual de entrevistados, a importância do ginásio de múltiplas funções na Candangolândia, do esporte, da festa para a satisfação da comunidade.

Tive a oportunidade de interpretar a visão que o Brasil carrega como país do lazer em geral, devido às praias, o futebol, o carnaval e também devido à comunidade reclamar a falta de seriedade e compromisso com as leis. Uma entrevistada disse que gostaria de ir para o exterior, especificamente para trabalhar, ganhar dinheiro e se especializar. No entanto, não abandonaria o Brasil pelas praias.

O nacionalismo transfigura-se conforme a comunidade ou a identificação a determinado símbolo. Mas nacionalismo não é algo fácil de se identificar. Conforme

Benedict Anderson⁴⁹ explica, há uma complexidade “no afeto que as pessoas sentem pelas invenções de suas imaginações”. Cada patriota tem o seu modo particular de ver e viver sua realidade e consciência nacional. Inclusive, a comunidade investigada neste trabalho induz à conclusão de que a consciência nacional através da política é algo muito difícil de argumentar por parte dessas pessoas. O lazer seria a melhor e mais atraente forma de estruturar suas idéias nacionalistas e suas críticas à nação.

3.4 O gênero masculino como construtor da ideologia nacional

Um outro aspecto relevante nas entrevistas foi o lugar do gênero. Curiosamente, as mulheres se mostraram mais arredias do que os homens. Antes de ir para as ruas eu

⁴⁹ ANDERSON, Benedict. Idem

cultivava a idéia que as mulheres possuíam capacidade maior para a comunicação verbal, estariam propícias a falar mais nas entrevistas e seriam mais comunicativas.

No entanto, ocorreu o contrário. Até mesmo mulheres com quem eu convivo no dia-a-dia como cabeleireira, vizinha, colega de faculdade, ficaram tímidas diante da entrevista. Às vezes me ofereciam um diálogo quase monossilábico ou concordavam com tudo que eu perguntava até se sentirem à vontade em dialogar.

As mulheres que eu contatei estão situadas em dois extremos: o primeiro se refere a ir para o exterior arranjar emprego, mudar de vida, esquecer as dificuldades daqui. Outras possuem medo de ir para o exterior, acham o além-mar um castigo, imaginam pessoas más do outro lado da fronteira, mas também não concluem seus discursos evasivos. Uma entrevistada⁵⁰ demonstra esse medo:

“... não sei se é na França que você vai e chega lá e seu passaporte não estiver adequado, eles te prendem e lá você fica passando fome, não sei que crime você cometeu para isso. Eu acho que aqui é melhor do que lá. Porque aqui você vai a qualquer lugar e ninguém nunca te prende”.

Os homens se mostraram mais dispostos em dar entrevistas, mas com receio de do assunto ser algo comprometedor. Independente da classe social ou idade, todos sem exceção me perguntavam várias vezes do que se tratava.

Geralmente, quando eu chegava em uma repartição pública, os homens logo queriam saber todos os detalhes da entrevista e depois alguns chegavam a querer chamar o seu chefe, alegando não saber falar bem, até se sentirem confortáveis com o assunto da entrevista para depois concordarem em falar.

Após perceber algumas atitudes comuns (como vergonha e medo) nas mulheres na primeira fase da pesquisa de campo achei importante questionar os fatos ocorridos e dar importância a esse tipo de comportamento cultural na cidade. Segundo as minhas observações, há uma espécie de subordinação política feminina. Entretanto, quanto mais

⁵⁰ A entrevistada é Patrícia moradora da Candangolândia, citada neste mesmo capítulo, p.08

peças analisei maior é o número de mulheres sujeitas a ignorar ou se sentirem desconfortáveis ao abordar o assunto sobre participação política e a importância (se ela existe ou não) da nacionalidade.

Por volta de seis meses fiz um estudo de observação em salas e ambientes de periódicos e jornais nas bibliotecas abertas ao público, inclusive na Candangolândia. Observei por, 10 meses em acervos periódicos de bibliotecas leitores adultos segundo o gênero e suas referentes escolhas. Geralmente, as mulheres não se interessavam muito por jornais e revistas especificamente políticos ou referentes a críticas que abordavam temas de política partidária. As mulheres preferiam as revistas diversificadas que abordam inúmeros tipos de assunto, desde maternidade à globalização.

Pude comparar um certo grau de conexão entre as preferências por leitura e a eloquência nos discursos dos entrevistados. Os homens entrevistados procuram com muito mais interesse um jornal político ou um debate sobre o mesmo assunto do que as mulheres entrevistadas. E se interessam em discutir e aplicar suas opiniões em público com mais vigor e satisfação. Eles procuram criar um discurso que pudesse impressionar além de se apresentarem completamente desinibidos.

Procurei um grupo de mulheres para entrevistar especificamente para falar sobre os problemas políticos econômicos nacionais e sobre identidade nacional brasileira. Nenhuma quis me dar atenção sobre o assunto. Uma delas foi agressiva, sentindo-se coagida. Isso não significa que todas as mulheres da cidade foram ou são desligadas do assunto, mas a maioria das entrevistadas em minha pesquisa eram, de uma certa forma, intransigentes à entrevista.

Em contrapartida, quase todos os voluntários masculinos solicitaram responder as perguntas inicialmente sem gravar a entrevista e, depois da análise de suas respostas, começar de fato a entrevista. Alguns pediram para repetir a gravação e verificar se o discurso ficou realmente bom, demonstrando um forte interesse com sua auto-imagem.

A imagem do nacionalismo carrega consigo a figura masculina. Não significando que o nacionalismo abarque somente os homens em um estereótipo sexista, (as mulheres também são capazes de construir um discurso político) porém, a maioria dos grandes líderes enaltecidos pela historiografia nacionalista são homens. O gênero masculino ilustra a consciência nacional como um modelo, um referencial afirmativo. Geralmente, na literatura nacionalista, os mitos nacionalistas são homens; ícones de bravura e de orgulho nacional.

A defesa da soberania do Estado, o comprometimento com a segurança nacional e o diálogo político estão associados à virilidade e força, ícones do imaginário da masculinidade. Além disso, as mulheres figuram como objeto na construção da nação brasileira. Gilberto Freyre⁵¹ aponta as mulheres aristocráticas do Brasil – colônia alienadas à linguagem política, ausentes de leitura e debates, desfrutando o tempo em redes com mucamas. Categoricamente, a política e os discursos políticos, constituíam um repertório exclusivamente masculino. Reflexos coloniais são percebidos através do fato de meus entrevistados homens se interessarem mais por política do que as mulheres.

O caráter do serviço militar obrigatório reforça a consciência nacional como imagem de protetores masculinos da nação. Longe de definir o nacionalismo como ideologia masculina, estruturado a partir do pensamento masculino. A oficialização do nacionalismo incentivou diretamente o universo masculino a integrar-se a ele através da oficialização de exército motivado em defender a honra nacional e o patriotismo como lema, contribuindo com o seu papel de cidadão.

É interessante observar também que as expedições marítimas coloniais em busca de novos impérios foram basicamente compostas por homens e, através dessas embarcações, o nacionalismo foi reproduzido para as colônias incluindo a implementação do nacionalismo no Brasil que envolveu fortemente o universo masculino (jesuítas, comerciantes, expedidores, viajantes, aventureiros).

3.5 Nacionalismo e xenofobia no Brasil

Iniciei o discurso da 3ª fase da pesquisa perguntando a um dos voluntários da pesquisa, Senhor Israel⁵², como ele se sentia como brasileiro:

⁵¹ FREYRE, Gilberto. op.cit., p. 341

⁵² Israel é Pastor evangélico e morador da Candangolândia

“Para mim é muito bom ser brasileiro. O Brasil é um país que tem suas dificuldades, mas todos os países também têm. Na verdade a gente gostaria que fosse melhor assim como o americano gostaria que os Estados Unidos fossem melhor. Ele [o estrangeiro] acaba colocando uma lente de aumento nos defeitos. Os defeitos existem? Existem. Mas eles [os estrangeiros] também trazem seus defeitos. Não para colocar aqui um sentimento de nacionalismo ao extremo (...) mas, a situação do racismo que existe hoje no Brasil foi fomentada pelos europeus, pelos ingleses que se colocam como mocinhos. (...) Eu arrisco dizer que o Brasil é o país que melhor recebe estrangeiro”.

No Brasil, aparentemente a xenofobia “não existe” ou é difícil de se ser constatada. Há estereótipos clássicos, como passividade, simpatia e “jeitinho brasileiro” que fazem também parte da simbologia nacional. Mas, seguindo o raciocínio de Hobsbawm (que será detalhado no terceiro capítulo) ela está presente.

A partir do momento em que se observa a crença de uma “nação artificial” delimitada por uma fronteira política, o “outro” torna-se uma ameaça mesmo que imaginada. Por mais simpático e acolhedor que seja o brasileiro, ele traz consigo a visão de que “o outro” é o estrangeiro, o “não nós” da nação.

Noto também que a equiparação de qualidades e defeitos entre “nós” e “o outro” é uma auto-afirmação do nacionalismo. Quando se compara o Brasil com os EUA para afirmar que não somos uma nação melhor nem pior nas entrelinhas, o sentimento nacionalista indica proteção e valorização muito ligado ao valor do Estado – nação. Só o fato de dizer que somos os mais simpáticos ou acolhedores é um meio de se sobressair e acreditar na simbologia.

Em conversa com um outro entrevistado⁵³ verifiquei uma outra característica peculiar de diagnósticos de xenofobia no Brasil. Trata-se do medo de rejeição, da “frieza” do estrangeiro:

⁵³ Aderson Carneiro é morador da Candanagolândia

“Acho que lugar nenhum é tão expansivo como o Brasil. Se eu tivesse que sair do país, eu acho que o único lugar que eu moraria seria na Espanha. O espanhol é menos radical do que americano, francês, ingleses. Nunca pensei em sair do Brasil”.

Ao mesmo tempo em que nos discursos vários entrevistados se dizem não ter atitudes xenófobas, que não acreditam em fronteiras demarcadas pela imaginação e vontade política, acabam denunciando o patriotismo. O discurso⁵⁴ seguinte me fez avaliar raízes nacionalistas dentro de uma fala aparentemente ausente de nacionalismo e xenofobia:

“Nós não somos um povo como os outros povos. Nós temos coisas bem peculiares muito diferente dos outros povos, o que atrai o olhar deles sobre o Brasil. Os latinos são mais expansivos. O povo [brasileiro] é mais expansivo, mais alegre, é mais crédulo (...). Acredito que falta acrescentar aí um pouco de cultura para diminuir um pouco essa credulidade (...). Para mim raça e etnia não existem. Não existe raça pura. O planeta não tem fronteira. O planeta tem limites de tipos de superfície. O limite do ser humano é a capacidade de percepção e de se abrir amplamente para o próximo. O orgulho nacional só se presta para o atraso, para pessoas mal intencionadas”.

Damatta⁵⁵ diz que quando se ama alguém se preocupa, incluindo uma preocupação em valorizar qualidades, diferenciá-las e mudar o perfil do país para melhor. Na interpretação de Hobsbawm a “etnicidade visível” muitas vezes propicia muito mais percepção das diferenças do outro do que a si próprio. É como se na comparação houvesse reafirmação do patriotismo sobre “defeitos e anomalias” das culturas estrangeiras.

⁵⁴ Discurso do entrevistado Wilson, morador da Candangolândia

⁵⁵ Entrevista com o antropólogo Roberto Damatta, em referência citada anteriormente.

4. BREVE APRESENTAÇÃO DA TEORIA DO NACIONALISMO

4.1 A origem da consciência nacional

Nacionalismo é um tema complexo de debate porque dependendo da época ou do meio social, traz conceitos diferentes sobre a nação. A denominação moderna de nação é um termo essencialmente político. Eric Hobsbawm, baseado na declaração de Bagehot⁵⁶ acredita que o conceito exato de nação é um mistério: (...) “sabemos o que é quando não somos perguntados, mas não podemos rapidamente defini-la ou explicá-la”.

Hobsbawm fala sobre a origem do nacionalismo referente à moldagem da nação européia a partir de um território heterogêneo, formado por diversas etnias e idiomas e se refere ao problema da nação vernácula. A formação do Estado europeu se deparou com o desafio de construir unidade mediante a heterogeneidade. O conceito de nação moderna não foi construído através de um determinado grupo étnico, religioso, ou com características físicas semelhantes, com um passado histórico comum. Pelo contrário, a nação moderna é uma novidade, fruto de uma vontade política, formada a partir de uma comunidade nacionalista essencialmente territorial bem diferente do significado de nação original ligada a tribos históricas ou etnias ancestrais.

Para originar “um país de todos”, o propósito das nações modernas é o de aglutinar a *comunidade imaginada*⁵⁷ em um ambiente comum, convincente à nova nacionalidade. No entanto, a complexidade repousava na origem das raízes étnicas. A adaptação do nacionalismo no Velho Mundo confrontava com o que já era estabelecido como anterioridade étnica. Cada etnia tinha seus símbolos, sua língua, entre outras diferentes formas de se perceber como parte de um grupo. Assim, a heterogeneidade cultural e étnica dificultava a assimilação de nação única.

Ao meu ver, a realidade não pode ser mudada sem que haja uma transformação social desejada e estruturada. O fato de um Estado apenas promover a origem de uma

⁵⁶ BAGEHOT, Walter, *Physics and Politics*. Londres, 1887. p.20-21 apud HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.11

⁵⁷ Uso o termo na mesma acepção de Benedict Anderson, op. cit.

nação nos termos modernos, não significa a sua total permanência. Se diversas etnias alocadas em um único território adquirem uma nova nacionalidade e, ao mesmo tempo, a simbologia e o referencial cultural continuarem arraigado às suas raízes históricas, a *comunidade imaginada* está em risco. Além de conduzir o processo de construção nacional, o povo deve também estar convencido de que o nacionalismo é a saída política mais agradável e convincente.

Benedict Anderson, um dos grandes teóricos da nação, associa a consciência nacional ao sentimento humano: “Creio que as coisas ficariam mais fáceis, se ele [o nacionalismo]⁵⁸ fosse tratado como associado a “parentesco” e “religião”, mais do que como liberalismo ou facismo”⁵⁹.

Mais complexo ainda é criar e manter uma consciência nacional uniforme, transformar “o acaso em destino” aplicando um sentimento na tentativa de o tornar homogêneo um mosaico de etnias que possuem os mais diversos tipos de línguas, sentimentos e passados.

Com o surgimento do Estado, levantou-se a preocupação política de causar um impacto influenciador nas nações revolucionárias difíceis de se controlar, já que, o Estado político não é gerado pela nação, mas pelo contrário, engendra sua construção. Daí a necessidade de fortalecer o vínculo Estado – povo, onde a população possa sentir um forte sentimento de participação nacional e construir laços de lealdade à nação.

Convém especificar que nação revolucionária não significa necessariamente o mesmo que nação moderna, porque o processo revolucionário é sempre relacional podendo ou não implicar no conceito moderno de nação. Durante a Revolução Francesa, a nação revolucionária desejava melhoria coletiva contra os privilégios de poucos, procurando pelo menos, liberdade e o fim de opressões políticas. A nação moderna é, em sua essência, conseqüentemente desejos de governantes de Estado.

A formação do Estado – nação resultou em uma *comunidade imaginada*. No entanto, Hobsbawm⁶⁰ salienta ainda que a *comunidade imaginada* carece de um preenchimento do vazio emocional.

⁵⁸ Grifo meu

⁵⁹ ANDERSON, Benedict. op. cit., p. 14

⁶⁰ HOBBSAWM, Eric J. op.cit., p. 63

Manter o sentimento nacionalista vivo entre os nacionais da “comunidade imaginada” exige constantemente uma representação irresistível de unicidade fraterna tanto por parte do Estado quanto dos seus compatriotas.

A lealdade do povo seria o pressuposto principal para evitar o confronto entre dirigentes e civis. Hobsbawm classifica a conquista do sentimento de lealdade a base da consciência nacional, o antídoto contra a rebelião e o ingrediente fundamental para a manutenção da nova nação construída. Uma nação unificada, além de leal, contribuiria eficazmente na solidez e na continuidade do Estado-nação.

Mas só a lealdade do povo não basta. Para uma ideologia nacionalista convincente deveria atrelar-se como uma religião cívica para os estatais (a emoção seria um sentimento de grande eficácia para absorção de ideologias políticas e o princípio da religião também está intimamente ligada à emoção, como um sentimento dito por Anderson) e mais, para Hobsbawm deve ser uma fonte de inspiração: “Contudo, os Estados requeriam uma religião cívica (“patriotismo”) sobretudo, porque necessitavam mais do que a passividade de seus cidadãos”⁶¹.

Na Europa, foi preciso que os Estados – nação colocassem em primazia o sentimento nacionalista baseado na identificação do Estado como equivalente à nação. Mesmo sendo artificial, criada a partir de interesses de uma minoria aristocrática, a construção da nação moderna, a confiança e a lealdade tornariam o Estado-nação eficiente e mantido longe de empatias e rebeliões.

Os Estados-nação europeus enfrentaram um outro grande desafio: as diversas etnias localizadas num mesmo território os tornavam limitados. Transformar o passado histórico seria impossível, entretanto, o nacionalismo bem sucedido cairia como uma luva, porque a partir da disseminação da consciência nacional o governo poderia trabalhar o sentimento de nação única, uma nova tradição, uma unidade nacional sólida.

Para Benedict Anderson⁶², a criação do Estado – nacional aconteceu como uma metamorfose programada. Considero o Estado – nação, além de ser resultado de uma transformação programática, uma nova tradição inventada e incorporada, mas isto não

⁶¹ HOBBSAWM, Eric J. op.cit., p. 106

⁶² ANDERSON, Benedict. op.cit. p. 20

quer dizer que não há resquícios de um passado étnico-cultural, ou que o Estado-moderno foi uma invenção do nada, sem uma conexão histórica.

A consciência nacional que Hobsbawm retrata advém da política adotada pelo Estado-nação na era moderna. A palavra nacionalismo pode ter outras origens tanto semânticas quanto culturais, mas a perspectiva dos governos nacionalistas modernos funda-se em seus próprios interesses ideológicos. A moldagem da nação durante o século XIX pode ser considerada um resultado de liderança política centralizadora.

A perspectiva governamental na Europa monta sua política administrativa baseada em sólidos símbolos do nacionalismo. Estrategicamente, seria mais viável conquistar o povo por meios politicamente envolventes e até persuasivos, inseridos no cotidiano, símbolos reconhecidos pelos homens comuns como imagem patriota, gerando o sentimento participativo e ao mesmo tempo popularmente influenciáveis nas decisões do Estado-nação, como o censo populacional, registro de nascimento, festas ecumênicas, alistamento no exército, enfim, meios significativamente envolventes; a conquista da credibilidade nacionalista estaria presente no dia – a – dia das pessoas e muito mais influente no imaginário popular.

Paradoxalmente, a idéia de participação política do povo no Estado moderno nasceu com a finalidade de reafirmar o poder de uma minoria dirigente garantindo sua legitimidade. Dirimindo as populações pelo patriotismo, a participação efetiva seria na verdade dedicação e continuidade do Estado – nação.

Sentir-se parte de uma comunidade ofereceria a existência de um vínculo frágil para atender, uma determinada estratégia de governo, que ao mesmo tempo, proporcionava a idéia de participação na política do Estado-nação. Benedict Anderson aplica o “tempo homogêneo e vazio” como uma ligação imaginária entre os compatriotas que, mesmo não se conhecendo, sentem-se parte de uma mesma nação circunscrita a num mesmo território.

Concordando com Benedict a respeito do “tempo homogêneo e vazio”, acrescento: a “intimidade pátria” foi o preconizador de um desejo de continuidade do sentimento entre os patriotas das nações modernas. A solidariedade foi absorvida como fonte de inspiração para o vínculo coletivo. A aquisição do sentimento nacional permitiria uma conexão dos patriotas com o Estado e uma absorção alquímica do nacionalismo. A solidariedade foi uma das principais fontes de inspiração para o nacionalismo.

A ossatura do Estado-nação foi esquematizada pela arbitrariedade da simbologia nacionalista construída, em muitas ocasiões, pelos dirigentes e repassada como fonte de inspiração para o povo. Hobsbawm esclarece que cada indivíduo que carregasse consigo a simbologia do *nation – ness*⁶³, na verdade, seria uma partícula da comunidade imaginada, células do Estado – nação. Mediante o laço de fraternidade pátria entre cidadãos da nação moderna, a fidelidade amarrava uma comunidade politicamente mais sólida.

Todavia, desconsidero a figura de uma sociedade nacionalista organizada naturalmente, já que o imaginário nacional foi resultado de interesses do Estado Nacional. Os símbolos nacionalistas não “brotaram” espontaneamente, porém, foram absorvidos através de um consentimento e da dominação carismática de alguns líderes nacionais. Acrescento ainda, que a simbologia nacional é dinâmica, podendo algumas vezes, resultar novos símbolos nacionais influenciadores gerados pela própria população devido ao interesse em dar continuidade ao Estado-nacional. A simbologia nacional é dinâmica, podendo ser vista como uma troca de ambos os lados.

4.2 A implementação do nacionalismo nos Estados Americanos

⁶³ Expressão utilizada como nacionalismo por Benedict Anderson

Através de Anderson, a formação do pensamento nacionalista no continente americano foi influenciada pelo racismo já maturado na Europa. A independência das Américas abrangeu o desejo de luta contra a inabsorção dos crioulos como parte nacional européia. O pensamento nacionalista americano apresentou uma característica fundamental: o sentimento de inferioridade racial, tanto dos autóctones indígenas como dos escravos vindos da África, em relação aos povos europeus.

Outro motivo que impulsionou a independência americana a lutar por causas nacionalistas foram questões comerciais e posse de terras por parte dos latifundiários. Como colônias, os Estados Americanos eram vedados de competição com a metrópole e não tinham autonomia em suas decisões político-econômicas. Contra o protecionismo comercial europeu, as organizações administrativas aliavam-se ao pensamento nacionalista com propósitos de garantir um Estado – nacional íntegro. Porém, o desejo de independência das colônias foi incitado muito mais pela opressão e sentimento de inferioridade dos crioulos que a independência puramente territorial.

O temor pelas fricções americanas não se deu a partir das mesmas causas das fricções européias. A Europa baseava-se na “pureza de raça” e havia um setor muito mais influente e determinante na conduta do povo europeu: a etnicidade. Essa era uma das principais diferenças nos territórios americanos, pois a maioria das populações praticava a mesma língua e não havia autonomia de etnias distintas. Embora houvesse centenas de grupos étnicos, eles não adquiriram a mesma projeção política dos grupos europeus e se subsumiram frente ao poder colonial. Além disso, havia uma preocupação constante por parte dos ricos crioulos donos de terras que os escravos, base da sustentação econômica americana, viessem a se tornar livres e independentes, influenciados pelo pensamento iluminista. Com base no sentimento de rejeição, as lideranças crioulas fundaram a consciência nacional americana.

A automação do Estado – nação americano significava de certa forma independência territorial e econômica, mas a exploração econômica e social ainda continuava em grande parte dos novos Estados devido ao imperialismo capitalista. A implementação do nacionalismo na América Latina, por exemplo, aliou-se aos movimentos de dominação cultural e político (imperialismo cultural) enquanto na Europa o nacionalismo adapta-se a estratégias de homogeneidade social.

Benedict Anderson descreve a superioridade das metrópoles européias em relação às colônias envolvendo a arbitrariedade política e decisória assim como racial:

(...) “era extremamente fácil fazer a dedução vulgar e conveniente de que os crioulos, nascidos em um hemisfério selvagem, eram pela própria natureza, diferente dos metropolitanos e inferiores a eles – e, portanto, inadequados para cargos de maior importância”⁶⁴(...)

Apesar dos ideais nacionalistas e do sentimento de rejeição européia, as Américas também foram contaminadas por preconceitos e pela verticalização sócio – política estatal. Para as massas pobres crioulas, para os negros e indígenas, foi repassado, além do racismo, a distinção da língua de Estado e a língua vulgar⁶⁵.

O “moderno racismo” americano absorveu raízes da matriz européia, mas com algumas particularidades. A consequência maior do racismo americano atingiu a comunidade de negros e indígenas. A alta sociedade crioula incluía o racismo como “fonte válida” para distinguir os crioulos competentes para a política e os incapazes de participação administrativa. O sentimento de inferioridade em que os crioulos eram vítimas mediante o poder da metrópole, foi repassado para os grupos raciais da colônia, em um sentido de superioridade unilateral num efeito contagiante.

As nações americanas foram imaginadas e inspiradas pela concepção de nação européia, mas sem grandes transformações revolucionárias. Os conceitos nacionalistas já chegaram “prontos” nas Américas. A essência do Estado – nação tanto na Europa quanto nas Américas foi a mesma: fruto de propósitos de lideranças. O reconhecimento do nacionalismo nasceu do interesse governamental tanto no continente europeu quanto no americano.

Em se tratando da América Latina, especificamente na implementação do nacionalismo brasileiro, é relevante mencionar que; o que não aconteceu com o Brasil foram movimentos revolucionários por parte das massas populares. A unidade da nação brasileira foi conquistada por uma forma muito mais arbitrária lembrando, mais uma vez, a diferente expressão do nacionalismo europeu e brasileiro. Foi mais difícil de

⁶⁴ ANDERSON, Benedict. op.cit., p. 71

⁶⁵ O mesmo que língua popular

exercitar a nacionalidade civilmente, devido aos sentimentos de superioridade dos crioulos relativo às massas populares.

No Brasil, a consciência nacional não foi somente construída por meios cíveis, mas também pela simbologia alternativa do lazer. No entanto, há uma convergência histórica entre a Europa e a América Latina, como argumenta Guilherme Ruben:

“Na Europa, foi um produto de um processo revolucionário, já na América Latina se desenvolveu sob a marca da dominação. Porém, em ambos os caso, tratou-se do produto da relação social entre os homens, vivendo em sociedades marcadas pela presença de classes sociais⁶⁶”.

A nacionalidade brasileira surgiu sob alicerces do colonialismo político econômico e as massas populares sob a égide da escravatura. A escassa expressão política nacionalista por meios cíveis do povo brasileiro em geral, é fruto de um Estado supercentralizado e conservador.

4.3 O imperialismo nacionalista e o Estado – nação oficial

⁶⁶ RUBEN, Guilherme Raúl. op. cit., p.34

Um moderno tipo de império surge: a dinastia do nacionalismo. Antes, os impérios dinastas galgavam o poder mediante princípios de conquistas feudais. Com o reconhecimento oficial de nação, a dinastia arquitetou –se na unificação interna e protecionista, expande seus ideais em busca de novos territórios sob forma de império cultural. Benedict Anderson pondera o antagonismo do nacionalismo imperialista declarando: “Nada sublinha mais marcantemente a contradição fundamental do nacionalismo oficial inglês, isto é, a incompatibilidade interna de império e nação”⁶⁷.

Levando em consideração o novo processo histórico, as dinastias européias atribuíram sua garantia de legitimidade através da oficialização do nacionalismo, devido ao temor das fricções culturais, que poderiam abalar sua garantia de existência política.

O nacionalismo oficial pode ser considerado moderno na trajetória da conquista da identificação nacional atraente e original da nação, da língua unificada, mas acredito que sua fisiologia foi montada na centralização do domínio político.

Como Anderson exemplifica, as dinastias vestiram-se da roupagem do nacionalismo, mas sua estrutura governada por líderes continuou e foi levada sem grandes transformações para a construção do Estado – nação.

O mesmo princípio de pertencer a um só povo, um Estado e uma língua sobre um dos pressupostos da fraternidade admite-se, no imperialismo cultural, a difusão da xenofobia. O pertencer a algo *imaginado* é absorvido intensamente, despertando emoções e sentimentos sinceros de uma forma natural, o que pode ocasionar uma automática rejeição com todos aqueles que não são da mesma comunidade.

Os Estados europeus colonizadores provocaram um esquema de monitoração administrativa em conseqüência de garantirem territórios colonizados, provocando ao mesmo tempo a multiplicação ideologia nacionalista nas colônias. O surgimento de novos Estados “inventados” expandiu-se ao longo da trajetória do império nacionalista.

Nas Américas, o nacionalismo veio como novidade através do império colonizador. O “nacionalismo colonial” que Benedict Anderson representa em sua teoria reflete a cristalização do expansionismo territorial e a centralização de lideranças. Mas as comunidades tanto européias são resultados do nacionalismo de governos anteriormente dinastas.

⁶⁷ ANDERSON, Benedict. op. cit., p. 105

O século XX, marcado pelo nacionalismo oficial após a I Grande Guerra, solidificou o Estado-nação, que sob as *intelligentsias* bilíngües e sob a administração burocrática incubiu o “equilíbrio” nacional. O Estado – nação europeu tornou-se um modelo não só para as nações americanas, mas para os demais continentes.

Após a expansão e oficialização do nacionalismo, surgiu um empenho político pela soberania por parte dos Estados-nação na órbita internacional. O reconhecimento do nacionalismo afetou agressivamente as políticas de governos, causando desejo de defesa, organizando exércitos e novos modelos de gestões governamentais.

A *intelligenstia* bilíngüe européia, considerada um aparelho administrativo do governo, adquiriu não apenas a capacidade de comunicar pela língua vulgar, como pela imprensa, inclusive em traduzir e acessar para o Estado os argumentos populares, criando de antemão estratégias que atingissem inteligentemente o público alvo: a população.

No processo de oficialização do Estado – nação, a teoria do nacionalismo já tinha sido vigorada pelo capitalismo, especificamente pela imprensa. Na era moderna, além do capitalismo editorial, o *nation – ness* contou com o apoio de um novo setor: o industrial.

A revolução da indústria proporcionou maior mobilidade estrutural e conseqüentemente maior poder de expansão físico-territorial aplicando ao nacionalismo a característica de poder globalizante no sentido tangível (transporte, comunicação, rodovias) e ideológico (miscigenação cultural e arbitrariedade da delimitação de fronteiras imaginadas).

Com os meios de comunicação mais influenciáveis e modernos, com a dinamização de seus exercícios políticos através da burocracia administrativa, com o sistema educacional voltado aos seus interesses e a criação de uma língua política o Estado modernizou-se.

O nacionalismo seria uma das principais razões da existência do Estado moderno. A tendência de governo na construção do Estado envolve interesses arbitrários pelas prerrogativas de fins coletivos, ou melhor, a garantia de sua autenticidade pela confiança das massas populares.

O ensino não pode deixar de ter sido relevante porque através dele são repassados os valores oficiais do Estado-nação. O Estado nacional moderno, em quase todas as nações ocidentais, aplicou a educação no princípio de repasse da consciência nacional. Bem

elaborado, a burocracia administrativa atinge diversas funções e categorias abrangendo os tentáculos nacionalistas em quase todas cadeias sociais.

A teoria nacionalista de Benedict Anderson considera a eficácia do bilingüismo da *intelligentsia* europeia, graças à interpretação da língua vulgar pelo do Estado, onde visou os interesses populares, instrumentalizando-a conforme os interesses de sua liderança governamental. Na verdade, a *intelligentsia* tentou reconhecer e entender ao máximo os desejos das massas como parte de sua estratégia administrativa, mas a posição do Estado centralizador prevaleceu. A língua de Estado foi estipulada como um recurso para introduzir opiniões planejadas em formato subliminar. Em muitos lugares, isso não deu certo e nem por isso deixou de ser construído o *nation-ness*.

Na América Latina, também é permitido considerar a *intelligentsia* administrativa parte da história do nacionalismo, a exemplo do Brasil, que recebeu jesuítas, historiadores e burocratas da monarquia portuguesa.

A educação baseada no sentimento político foi promovida pela imprensa e otimizou o acesso da *intelligentsia* a divulgar e expandir rapidamente o programa educativo do nacionalismo. A escrita e a leitura facilitavam a padronização da identidade nacional nas escolas formando novas gerações adeptas aos pensamentos do Estado – nação oficial.

O Estado oficial necessitava de argumentos ideológicos convincentes e estratégicos para implementação de um programa nacionalista efetivo. O patriotismo tornava-se o caminho mais viável para fomentar o nacionalismo e atribuir a língua nacional como patrimônio da nação.

Entretanto, Benedict Anderson⁶⁸ define a língua como um meio material utilizado como motivador em potencial para a assimilação do nacionalismo oficial e não parte do mesmo. Concordando com este raciocínio, a língua em si (vernáculo e/ou oficial) não deve ser conceituada como simbologia ou propriedade governamental, apesar de ser considerada muitas vezes pelo Estado um símbolo cultural da nação.

Hobsbawm relata que as línguas vernáculas foram um dos motivos mais críticos e desafiadores no período protonacionalista na Europa do século XVIII. Como já foi dito, a oficialização tanto do nacionalismo quanto de uma língua única depararam-se com a heterogeneidade étnica e incompatibilidade de opiniões da população europeia.

⁶⁸ ANDERSON, Benedict, op. cit., p. 146

4.4 A língua de Estado

A padronização da língua oficial do Estado não significou exatamente um processo de adaptação natural, mas mecânico. A língua, pelo ponto de vista de Hobsbawm, era um dos fatores mais intrigantes e dispendiosos para a contemplação das perspectivas do Estado-nação europeu. Era essencial trabalhar a criação de uma nova mentalidade, uma nação única tanto oficial quanto social.

O fato de haver uma língua nacional não significava o extermínio total de fricções inter-étnicas. E isto não foi visto com imediatismo pelos especialistas políticos. Acreditava-se na teoria, que a língua oficial articulada na escrita e oferecida nas escolas, na sinalização, nos procedimentos públicos fosse substituir paulatinamente o uso de outras línguas faladas. Porém, nada impedia que em particular, em família e nas comunidades houvesse o intento de separatismo, um estranhamento com a língua oficial.

A escolha de uma determinada língua para a oficialização originava o sentimento depreciativo de outras, rivalidade e dificuldades em adaptação, como no caso da formação da identidade nacional húngara e a língua magiar⁶⁹, “magiares que não falavam magiar”⁷⁰. A construção artificial de uma nação era mais difícil do que se imaginava. A realidade cultural não era de total complacência com a interpretação política estatal.

O Estado oficial necessitava de argumentos ideológicos convincentes e estratégicos para implementação de um programa nacionalista efetivo. O patriotismo tornava-se o caminho mais viável para fomentar o nacionalismo e atribuir a língua nacional como patrimônio de todos.

A língua “nacional” não foi um movimento ou escolha por parte da sociedade. A ideologia do Estado moderno instigava implementar uma estrutura lingüística capaz de promover uma comunicação influente. Na verdade, a língua oficial é bem diferente das línguas vernáculas. Estas são conectadas com tradições culturais e raízes étnicas, e portanto, a opção de uma única língua oficial é uma escolha arbitrária porque não houve uma participação efetiva e democrática na escolha de uma língua oficial por parte dos diferentes grupos étnicos e/ou sociais.

A artificialidade da engenharia estatal acabou sendo refletida na língua oficial porque nem todos estavam acostumados com a idéia de um alfabeto nacional. Existia uma

⁶⁹ Língua húngara

⁷⁰ HOBBSAWM, Eric J. op.cit., p. 117

necessidade de mecanismos nacionalistas no papel de atração e simpatia. Tal como observa Benedict Anderson: “Estamos diante de um mundo em que a representação da realidade imaginada era irresistivelmente visual e auditiva”⁷¹.

O poder de uma cultura sobre a outra possibilitou a interpretar que as classes sociais menos influentes eram vulneráveis e assim, submetidas a se adaptarem a uma língua oficial ocasionando desapontamento, declínio de línguas anciãs e opressão política. Analiso a implementação da língua oficial como um dos veículos de promoção ideológica nacionalista em massa gerindo um o poder quase que absoluto sobre as classes trabalhadoras.

Hobsbawm esclarece:

“Para os analfabetos que faziam parte do povo comum, o mundo de palavras era inteiramente oral e, conseqüentemente, a língua de qualquer escrito, oficial ou não, não tinha outro significado a não ser o de lembrá-los crescentemente de sua falta de conhecimento e poder”⁷².

A adoção da linguagem oficial acabou sendo implementada como um meio de conquista de poder ideológico e político sobre as classes trabalhadoras européias e os movimentos rivais contra o etnocentrismo de certas culturas dominantes eram combatidos com apelos nacionalistas de liberdade e sentimento patriota. Desde então, houve a cristalização da passividade da nação e a lealdade para com o Estado era tida como “religião cívica” nacional.

A língua vulgar também não foi oficializada ou extinta por um fenômeno social espontâneo. A valorização de língua pelo Estado – nação não foi um fim em si mesma,

⁷¹ ANDERSON, Benedict. op. cit. p.31

⁷² HOBBSAWM, Eric Jr. op. cit. p. 138

mas uma espécie de recurso administrativo. A homogeneização da língua é um interesse de obter uma comunicação abrangente como meio de estimular a atração popular pelo imaginário nacional.

Ocasionalmente na Europa esse “despertar” de interesses nacionais por meios significativos e influentes nas massas, a língua inspirou o meio mais propício para a propaganda nacionalista. O uso da língua foi uma etapa essencial para a incorporar a arquitetura nacionalista e, evidentemente, o domínio da língua estabelecida provinha de dirigentes interessados em sua propagação.

A língua na Europa passou a ser propriedade intelectual do Estado principalmente, a partir da instauração de materiais lexicográficos e estudos filológicos. O poliglotismo antes adotado como funcional no comércio e adotado por muitos viajantes e nômades era substituído pelos governos nacionalistas com a intenção de manter o sentimento nacionalista aquecido. Pelo comentário de Hobsbawm verifica – se a intensidade da afirmação anterior: (...) “a língua provia então de um argumento central para a criação de um Estado unificado nacional”⁷³ (...).

O monoglotismo foi adotado para valorização de uma nova nacionalidade e reconfigurou o significado das línguas tradicionais e sacramentadas como um passado remoto, programado a adequar a “comunidade imaginada” num espírito de unicidade.

Para Hobsbawm, o monoglotismo reflete a artificialidade da construção do Estado – nação, inclusive na América Latina, onde o interesse da língua única e oficial não se deu por conta de nativos, mas pela maioria de intelectuais.

As revoluções lexicográficas e filológicas foram instrumentos próprios do Estado e, conseqüentemente, uma nova forma da comunidade adaptar à língua oficial. Para Anderson, a língua impressa é uma invenção do Estado diferentemente das antigas línguas faladas, tipicamente orais.

Diversas línguas existentes antes do nacionalismo podem ser diariamente expandidas e aprendidas pelo planeta. O inglês, por exemplo, atualmente é uma língua padronizada nas Relações Internacionais não significando a idéia de que o monoglotismo seja não saber falar inglês.

⁷³ HOBBSAWM, Eric Jr. op. cit., p.127

Benedict Anderson⁷⁴ detecta que a questão do monoglotismo não é a incapacidade de se conhecer vários idiomas, porque o que impede acessar inúmeras línguas é, em grande parcela, o tempo de vida onde o destino da morte está presente em todos os seres humanos, porém, uma questão de identidade nacional, como já analisado no capítulo anterior. É a interpretação nacionalista que “molda” o perfil lingüístico de sua “comunidade imaginada” reinventando o significado de língua como patrimônio nacional.

A língua escrita foi um dos maiores veículos do pensamento nacionalista e foi uma das causas – efeitos da expansão do capitalismo editorial. A imprensa, além de revolucionar os padrões de comunicação, era barata e acessível podendo alcançar praticamente quase todas as classes pelo seu baixo custo e mobilidade.

Pela língua impressa, o “tempo homogêneo e vazio”, um momento em que todos os nacionais estariam envolvidos e cientes de uma realidade programada, expandia-se por toda a “comunidade imaginada” A língua de Estado transmitia facilmente a propaganda nacionalista e passa a ser uma fonte de manifestação governamental.

O nacionalismo ainda carecia de políticas carismáticas e que compelissem ao mesmo tempo as divergências contra os movimentos separatistas. A simbologia nacionalista foi também desenhada através da literatura porque era um instrumento agradável e eficaz. Então, o Estado abasteceu –se de publicações com idealizações do Estado – nação europeu, popularizando a consciência nacional por meio do entretenimento.

A língua impressa foi uma grande divulgadora dos interesses nacionalistas, mas para as populações analfabetas e que dominavam apenas as línguas maternas, estimulou o sentimento nacionalista pela comunicação auditiva: “Os programas de rádio multilíngües podem evocar a comunidade imaginada para os analfabetos e para as populações com línguas maternas diversas”⁷⁵.

4.5 Racismo x Nacionalismo

⁷⁴ ANDERSON, Benedict. op. cit. p.146

⁷⁵ ANDERSON, Benedict. op. cit. p.147

Seguindo a linha de pensamento de Anderson, nacionalismo não é fonte para a existência do preconceito racial, pelo contrário, constituem linhagens distintas. A identidade nacional reforça a unificação de uma fronteira imaginada e o racismo é movido por princípios biológicos.

Hobsbawm diverge deste argumento, e observa a possibilidade do nacionalismo e racismo estarem interligados, a exemplo da construção da nação européia baseada na homogeneidade racial:

“Os liames entre o racismo e o nacionalismo são óbvios” (...) “há uma evidente analogia entre a insistência dos racistas na pureza racial e nos horrores da miscigenação, e também a insistência de tantas formas de nacionalismo lingüístico – a maioria, talvez – sobre a necessidade de purificar a língua nacional de elementos estrangeiros”⁷⁶ (...).

Para Benedict Anderson, o fenômeno da alteridade existiria fora do espaço nacional. A unissonância do sentimento nacionalista através do elo de solidariedade nacional incorporaria a idéia de que todos fazem parte de um mesmo “nós” nacional.

Diferente do raciocínio deste mesmo autor, averiguo a existência de alteridade interna em um ambiente nacional, demonstrando que a simbologia nacionalista também possui o fenômeno da alteridade interna alheio à solidariedade entre os que não consideram “todos os compatriotas” parte da simbologia nacional, ainda que oficialmente tenham a mesma nacionalidade. O nacionalismo não possui uma capacidade totalmente eficaz de erradicar o racismo interno, assim como outras fricções sócio-culturais (preconceito religioso, de gênero, étnico, etc) porque é impossível todos os componentes de uma nação pensar e agir sob um único ângulo, sem interferências de opinião pessoal ou sem nenhuma influência ideológica.

Para Benedict Anderson, o nacionalismo estaria baseado em destinos históricos e o racismo firmado sobre um vínculo eterno⁷⁷. Entretanto, vejo que pelo raciocínio do preconceito racial, seria muito mais fácil, no período da Alemanha facista, um alemão se identificar e ser solidário com um ariano de outra nacionalidade, a aceitar um judeu

⁷⁶ HOBBSAWM, Eric Jr. op. cit., p. 132

⁷⁷ ANDERSON, Benedict. op. cit. p.126

alemão como digno de ser inserido na simbologia germânica, sendo um exemplo de alteridade interna em um território nacional.

O princípio nacionalista da Europa também levou adiante o princípio alteridade para as Américas, África e Ásia. Houve uma junção de racismo e xenofobia na história européia, dando origem ao sentimento de superioridade étnico- cultural em relação às demais nações.

Hobsbawm, também acredita que o nacionalismo estimula efeitos xenófobos com a demarcação de uma fronteira nacional, propiciando a antipatia contra o estrangeiro diagnosticada pela diferença do “nós, os patriotas” e o “outro” não pertencente à nação. As fronteiras políticas incitariam o imperialismo e, conseqüentemente, o sentimento de superioridade “racial” acrescida do etnocentrismo. Uma de suas declarações resume o seu pensamento sobre a relação entre racismo e xenofobia:

“fazer com que todos se ligassem a uma bandeira e a uma nação, foi também o tempo em que os sentimentos nacionalistas populares, de todos os modos xenófobos se tornaram mais fáceis de ser mobilizados”⁷⁸ (...).

⁷⁸ HOBBSAWM, Eric Jr. op. cit., p.112

4.6 As conseqüências do nacionalismo e algumas de suas influências

O nacionalismo é considerado por Benedict Anderson uma revolução programática. O pensamento nacionalista foi desenvolvido por estratégias políticas interessadas em manter antigos poderes admitindo a versão do nacionalismo oficial como nova estrutura governamental e, conseqüentemente, propulsor de inúmeras transformações nas sociedades modernas.

Entretanto, considero que, além do nacionalismo ter causado uma mudança histórica de impacto mundial o surgimento de novos mecanismos de implementação em diversos países não foram programados originando resultados antes inimagináveis.

A forma que o nacionalismo iria ser aplicado em cada governo e em cada território nacional distinto não foi absolutamente possível de se visualizar. A adaptação e remodelagem do nacionalismo foram inéditas, e apesar do nacionalismo ter sido uma “revolução programada”; muitas de suas conseqüências foram imprevisíveis em diversos Estados-nação (como adaptação do nacionalismo exarcebado nas correntes facista e nazista pós I GM).

O império do nacionalismo europeu trouxe consigo um modelo político para os territórios coloniais, o que não significa uma seqüência de adaptação natural do modelo nacionalista, ausentes de pressupostos ideológicos e políticos diversificados em cada governo. É bem verdade que a oficialização do Estado-nação foi baseada em interesses de liderança, mas cada região territorial adquiriu uma versão histórica e política diferenciada.

Classifico a sociedade, os sistemas sócio- políticos e econômicos dinâmicos, incluindo os contextos culturais e étnicos, não podendo dar um conceito exato de pátria para toda e qualquer nação em qualquer tempo e espaço. O advento do nacionalismo interferiu na sociedade humana, mas não determinou que sua existência e implementação fossem estáticas ou totalmente previsíveis, com os mesmos conceitos e símbolos para qualquer nação.

A nação moderna não é resultado de uma revolução popular que se juntou e formou uma nova bandeira. Pelo contrário, diversos tipos de liderança política instituíram solidariedades e sonhos para suas comunidades em busca de manter alianças e incentivar o patriotismo. O processo da popularização do nacionalismo, em muitas

nações, foi bem sucedido porque grandes e carismáticos líderes nacionais tocaram de forma emocional o imaginário de cada povo.

O nacionalismo também apresentou-se sob uma vertente anteriormente discutida: a memória da Revolução Francesa. A imagem dessa Revolução não teve interesses programáticos em função de um desejo nacionalista, porque, basicamente, foi um movimento genuinamente popular, mas foi manifesta como parte da historiografia nacionalista na tentativa de reforçar o princípio de solidariedade e fraternidade nacional.

Uma outra adaptação do pensamento nacionalista é a influência do mesmo sob a corrente marxista, apesar da seguinte afirmação:

“Os Comunistas são condenados ulteriormente pelo desejo de abolir países e nacionalidades. Os homens trabalhadores não têm país. Não podemos tirar deles o que eles não têm”⁷⁹.

Benedict Anderson considera ficção os marxistas não possuírem visão nacionalista e posiciona a influência do nacionalismo na teoria socialista. E sua posição é plausível porque os marxistas denunciam a linguagem nacionalista, a exemplo da frase: “Trabalhadores de todos os países, uni-vos!”⁸⁰.

Após a Primeira Guerra Mundial, os países europeus que enfrentaram perdas econômicas e estavam conseqüentemente frágeis, apegavam-se a um protecionismo exacerbado e políticas totalmente defensivas. O Tratado de Versalhes⁸¹ fortificou a “comunidade imaginada” devido ao novo mapeamento geográfico dos Estados, principalmente para os europeus, intensificando a delimitação de nacionalidades pelas fronteiras sistematizadas por interesses políticos.

Entretanto, essa delimitação territorial não só intensificou o nacionalismo para certas comunidades como proporcionou a expulsão de outras, os “povos oprimidos” os quais

⁷⁹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 41

⁸⁰ MARX, Karl. op.cit., p. 67

⁸¹ Tratado estabelecido entre as 27 nações vencedoras da I Guerra Mundial

Hobsbawm assim classifica. A homogeneidade procurada por certas nações fermentou fricções e expulsões maciças de outras influenciadas pelo nacionalismo.

No ápice do nacionalismo, o nazismo estruturou - se no anti - semitismo e o racismo pelos propósitos e pela garantia do poder de Estado obtendo argumentos nacionalistas. O povo alemão, por exemplo, apegou - se ao facismo com a idéia de que patriotismo permitiria a ascensão de uma nação que ressurgiria das cinzas. Alimentando a consciência nacional de participação política através da xenofobia e racismo, o Estado - nação reforçava o cenário político na liderança pelo carisma atribuído a Hitler.

O ingresso exacerbado das massas às pseudoteorias científicas nazistas foi de certa forma, um ato de manipulação política, mesmo que inconscientemente (pois este era um dos intuitos da propaganda ideológica). O nazismo foi um tipo de propaganda ideológica bem - sucedido no apogeu nacionalista porque invadia o imaginário nacional confundindo o patriotismo e a valorização de “uma raça superior” em uma aliança com o Estado- nação. Sugiro que o sucesso da expansão do nacionalismo foi também graças à capacidade de divulgar uma “realidade inventada” de maneira convincente e adaptável.

5. CONCLUSÃO

O nacionalismo abrange não somente a discussão da simbologia nacional, mas propõe a análise e compreensão de assuntos inerentes à identidade nacional envolvendo os aspectos social, político, econômico e cultural o que conduz à necessidade de constante reflexão.

A importância deste debate volta-se, principalmente, para a crítica referente à participação política das classes trabalhadoras e sua influência no caráter decisório dos símbolos nacionais.

As mudanças históricas interferem em quase todas as sociedades, assim como, as sociedades podem favorecer para sua transformação. A identidade nacional também está inclusa neste contexto, porque ela pode interferir na expressão nacionalista de uma determinada sociedade e ser alterada ao mesmo tempo, criando um ambiente dinâmico na história das sociedades.

A análise do período colonial brasileiro contribuiu para o esclarecimento da atual simbologia nacional brasileira, pois a identidade nacional de uma comunidade possui uma ligação com os fatos do passado, motivo pelo qual, exige uma especulação histórica para maior entendimento de suas conseqüências.

Quanto ao Estado-nação, este não é apenas resultado de uma vontade política quando há persistência de mudanças sistemáticas por parte de uma nação. O Estado nacional também carece de questionamentos e de influências argumentativas.

A ausência de críticas das classes trabalhadoras bloqueia o desenvolvimento da consciência nacional e mantém a artificialidade estatal provocada pela arbitrária divulgação de seus símbolos nacionais. O sentimento nacionalista, ao meu ver, é um apelo à continuidade do Estado-nação e a identidade nacional corresponde, teoricamente, aos desejos e expressões do Estado juntamente com a nação. A exemplo da nação brasileira, vista como “passiva”, a realidade é bem diferente, pois a consciência nacional das classes trabalhadoras encontra dificuldades em divulgar seus interesses devido à falta de recursos discursivos direcionados à crítica do Estado.

Nem sempre a realidade e os interesses de uma comunidade imaginada é expressa através dos símbolos nacionais em um diálogo democrático. Uma das causas é falta de uma linguagem eficaz frente ao Estado nacional, o que reforça o poder de manipulação de uma classe sobre a outra. A inserção de novos símbolos criados pela população

brasileira, no repertório nacional, traz novas expectativas para a cidadania e reivindicação de mudanças políticas utilizados pelos critérios do governo. A simbologia nacional pode ser encarada como troca de ambos.

A pesquisa de campo foi uma ferramenta de apoio capaz de dar ao trabalho um enfoque empírico, trazendo a teoria nacionalista mais próxima à realidade vivida, especificamente, da comunidade candanga, facilitando diversos diagnósticos sociais, como a dificuldade da expressão nacional popular.

Um dos dados mais interessantes para este debate é a questão da simbologia nacional construída através do lazer alternativo. A divulgação cultural também é capaz de enfatizar novas manifestações políticas e contribuir para mobilizações sociais criando um tipo de linguagem eficaz para a comunidade.

Durante todo este trabalho, também pude perceber o quanto é necessário uma investigação entre comunidades diferentes, ao comparar a sociedade brasileira com outras sociedades, servindo de parâmetro para maior compreensão dos fenômenos sociais internos externos que se manifestam entre realidades distintas; a exemplo do princípio da alteridade.

O princípio de alteridade está existente praticamente em quase todas as “comunidades imaginadas”. O sentimento de alteridade não se dá por banido, por mais “moderna” que seja a sociedade, porque ainda há a visão do “nós” e do “outro” nas diversas simbologias nacionais.

O encontro de idéias dos autores de teorias nacionalistas apresentado nos capítulos anteriores puderam enriquecer e salientar as inúmeras vertentes que o conceito de nação e nacionalismo são direcionados. Mediante suas posições constatei que a identidade nacional é peculiar para cada nação, construída conforme os costumes e sua história. O nacionalismo brasileiro, ao meu ver, tem duas diretrizes importantes a serem aprimoradas: a cultura popular e a educação.

Concluo que um dos maiores desafios para a comunidade brasileira é o combate contra a hierarquia social e à imaturidade cívica. O estudo sobre nacionalismo promove a consciência nacional e resgata uma das principais razões da existência do Estado-nação, divulgando a relevância da democracia na formação da identidade nacional.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 8ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1995. v. 2, p. 799 – 806.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas**: O que falar quer dizer. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1998. p. 29 – 52.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Cultura e Democracia**: O discurso competente e outras falas. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 3 – 60.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & A Rua**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. p.33-70.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

Entrevista com o antropólogo Roberto Damatta gravada pelo programa **Gente. Com.**, transmitida em canal aberto no dia 26 de Setembro de 2004 pela Rede Nacional, Emissora Radiobrás.

FREYRE, Gilberto. **Casa - Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 14ª ed. Recife: Imprensa Oficial, 1966.

GAUER, Ruth Maria Chittó. **A Construção do Estado – Nação no Brasil**: a contribuição de egressos de Coimbra. Curitiba: Juruá, 2001. p. 199 – 217.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 2ª ed. Tradução de Maria Célia Paoli; Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 19 – 32, 269 – 390.

Orgulho de ser brasileiro. **Jornal das Organizações Sociais**, Brasília, julho, 2004. Caderno Dois, Ponto Final, p.12.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

RUBEN, Guillermo Raúl. **O que é nacionalidade**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. v.1. p. 3-35.